

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Faculdade de Ciências Econômicas  
Departamento de Economia e Relações Internacionais

João Paulo de Moura Alves

**Arábia Saudita além do Petróleo:  
Estabilidade Institucional, Reformas Nacionais e Política Externa**

Porto Alegre

2018

João Paulo de Moura Alves

**Arábia Saudita além do Petróleo:**

**Estabilidade Institucional, Reformas Nacionais e Política Externa**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Fagundes Visentini

Porto Alegre

2018

#### CIP - Catalogação na Publicação

Alves, Joao Paulo  
Arábia Saudita além do Petróleo: Estabilidade  
Institucional, Reformas Nacionais e Política Externa  
/ Joao Paulo Alves. -- 2018.  
61 f.  
Orientador: Paulo Visentini.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade  
de Ciências Econômicas, Curso de Relações  
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Oriente Médio. 2. Arábia Saudita. 3. Petróleo.  
4. Saudi Vision 2030. I. Visentini, Paulo, orient.  
II. Título.

João Paulo de Moura Alves

**Arábia Saudita além do Petróleo:  
Estabilidade Institucional, Reformas Nacionais e Política Externa**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: Porto Alegre, 12 de dezembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Paulo Fagundes Visentini– Orientador

UFRGS

---

Prof. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira

UFRGS

---

Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik

UFRGS

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, à minha família. Meu pai, minha mãe e meu irmão foram essenciais para a realização desse trabalho, pois o carinho por eles demonstrado sempre me guiou em tempos de incerteza e me motivou em tempos de indiferença. Se fosse possível, dividiria esse diploma em quatro partes e dar-lhes-ia o que considero ser merecido. Sou igualmente grato aos meus primos, tios e avós, que moldaram minha infância e construíram, em conjunto, a minha história. Agradeço também à Rosa e à Dora, cujos cuidados proporcionados fizeram de mim uma pessoa melhor, e cujas experiências de vida ensinaram-me mais do que poderia imaginar.

Em segundo lugar, gostaria de agradecer aos meus amigos de dentro e de fora da Universidade. Em especial, agradeço ao Guilherme e ao William, por terem dividido essa experiência comigo e por terem feito da graduação um processo mais divertido e menos angustiante. Agradeço também a Norton, Jean, Lucas e Eduardo, que desde os tempos do colégio acompanham a minha caminhada e sempre apostaram no meu sucesso, assim como eu aposto no de cada um deles. Agradeço, ainda, à Andressa, por ter proporcionado incontáveis momentos de felicidade e ter, diante das frustrações, me lembrado do que sou capaz.

Agradeço ao Professor Paulo Visentini e seu conhecimento quase infinito sobre as relações internacionais. Foi um prazer ter feito parte de seu núcleo de pesquisa e ter contribuído para o engrandecimento dessa área de estudos em nossa instituição. As conversas e os *insights* sobre o Oriente Médio e a África ficarão guardados em minha memória.

Por fim, sou grato à República Federativa do Brasil e à população brasileira, em especial àqueles que vivem com dificuldades financeiras, por terem contribuído com a minha educação. Espero ter a honra de, em um futuro próximo, retribuir pela oportunidade a mim conferida e transformar profundamente esse país, tão injusto com os menos favorecidos.

“Não se trata, absolutamente, de ser otimista: antes, de manter fé no processo em curso, literalmente infinito, de emancipação e esclarecimento que [...] dá razão e sentido à vocação intelectual”  
(SAID, 2003, p.11).

## RESUMO

O presente trabalho debruça-se sobre o Reino da Arábia Saudita, país de extrema relevância para as relações internacionais contemporâneas. O país, que se encontra erguido sobre bases institucionais antigas – a saber, a monarquia absolutista, o Estado rentista e os alinhamentos internacionais –, vê-se cada vez mais pressionado por um sistema internacional que tenta escapar da dependência do petróleo, produto-símbolo nacional que liga os três elementos citados em um bloco único e coeso. Diante dessa situação, o recém-nomeado príncipe-herdeiro, Mohammad bin Salman, encabeça um amplo programa de transformação nacional que visa substituir as engrenagens fundamentais do Estado-nacional e garantir a sobrevivência do país na era pós-hidrocarbonetos, reorganizando a autocracia, diversificando a economia e liberalizando a sociedade. Essa inflexão vem acompanhada de consequências significativas para a diplomacia da nação, que reinterpreta o seu papel de liderança no Oriente Médio bem como a sua histórica aliança com os Estados Unidos.

**Palavras-chave:** Oriente Médio. Arábia Saudita. Petróleo. *Saudi Vision 2030*

## **ABSTRACT**

This study focuses on the Kingdom of Saudi Arabia, a country of extreme relevance for contemporary international relations. The Saudi nation, which finds itself established over old institutional foundations – the absolute monarchy, the Rentier State and the international alliances -, sees itself increasingly pressured by an international system that attempts to escape from the dependency of oil, product that symbolizes the whole country and connects the three aforementioned elements in a single, cohesive, block. In the face of this situation, the recently appointed crown prince, Mohammad bin Salman, leads an extensive national transformation program, which aims at replacing the fundamental gears of Saudi politics and ensuring the country's survival during a post-hydrocarbons era, reorganizing the autocracy, diversifying the economy and liberalizing the society. Such inflection comes followed by meaningful consequences for the nation's diplomacy, which reinterprets its leadership role in the Middle East as well as its historical alliance with the United States.

**Keywords:** Middle East. Saudi Arabia. Oil. Saudi Vision 2030



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1 - Preço do Barril de Petróleo Cru.....</b>	<b>29</b>
<b>Figura 2 - Produção Nacional de Petróleo Cru.....</b>	<b>30</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AKP -	Partido da Justiça e Desenvolvimento
AQPA -	<i>Al-Qaeda da Península Arábica</i>
CCG -	Conselho de Cooperação do Golfo
EAU -	Emirados Árabes Unidos
EI -	Estado Islâmico
EUA -	Estados Unidos da América
FMI -	Fundo Monetário Internacional
JCPOA -	Plano de Ação Conjunto Global
MBS -	Mohammad bin Salman
NTP -	National Transformation Program
OCDE -	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OPEP -	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
UNITA -	União Nacional para Independência Total de Angola

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>A ESTABILIDADE INSTITUCIONAL SAUDITA.....</b>	<b>15</b>
<b>2.1</b>	<b>O Primeiro Pilar: monarquia absolutista e coalizões nacionais.....</b>	<b>15</b>
<b>2.2</b>	<b>O Segundo Pilar: Estado rentista e receitas do petróleo.....</b>	<b>19</b>
<b>2.3</b>	<b>O Terceiro Pilar: suporte internacional.....</b>	<b>22</b>
<b>2.4</b>	<b>Síntese: estabilidade e risco.....</b>	<b>25</b>
<b>3</b>	<b>AS REFORMAS NACIONAIS E O <i>SAUDI VISION 2030</i>.....</b>	<b>26</b>
<b>3.1</b>	<b>Os “Fatores de Estresse” Políticos.....</b>	<b>26</b>
<b>3.2</b>	<b>Os “Fatores de Estresse” Econômicos.....</b>	<b>28</b>
<b>3.3</b>	<b>Reformas, modernização e <i>Saudi Vision 2030</i>.....</b>	<b>30</b>
<b>4</b>	<b>OS DESDOBRAMENTOS SOBRE A POLÍTICA EXTERNA.....</b>	<b>38</b>
<b>4.1</b>	<b>A Política Externa pré-Mohammad bin Salman.....</b>	<b>38</b>
<b>4.2</b>	<b>A Política Externa pós-Mohammad bin Salman.....</b>	<b>45</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>50</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>53</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Arábia Saudita é um país absolutamente complexo e que tem um papel central para a dinâmica política e estratégica do Oriente Médio, especialmente no que tange à sua participação no mercado de petróleo regional e global. A sua peculiar organização institucional, bem como a sua histórica dependência das receitas de exportação suscitam a curiosidade de internacionalistas sobre os meandros de seu processo de *decision-making*. Atualmente governado pelo Rei Salman, da Casa de Saud, o país passa por um momento de importantes reformas modernizadoras, que o distanciam progressivamente de seu isolamento simbólico construído por décadas de críticas de governos e ativistas ocidentais. Encabeçando essa empreitada encontra-se o Príncipe-herdeiro Mohamad bin Salman, que, desde a sua nomeação como sucessor designado, tem empreendido vigorosos esforços no sentido da sua consolidação no poder, do alijamento de potenciais opositores, da diversificação das atividades econômicas, da modernização sociocultural e do enrijecimento da política externa.

Tendo isso em vista, e considerando ainda a atual conjuntura internacional, entende-se que é de suma importância compreender de que forma operam as políticas interna e externa do país. Parte-se, portanto, de um problema de pesquisa centrado no questionamento das ações e estratégias da Arábia Saudita no mercado de petróleo, e as suas associações com as recentes reformas econômicas propostas pelo governo, vislumbrando, ainda, as possíveis modificações futuras suscitadas nesse sentido. Ressalta-se que o processo de evolução diplomática do século XX deve ser levado em consideração quando da realização dessa análise – não necessariamente sob uma perspectiva holística, mas ao menos à luz de seus eventos mais relevantes. Enfim, vale-se do histórico que levou à construção da presente estrutura política e econômica na região, perpassando pelas múltiplas formas como o governo de Riade respondeu aos desafios impostos.

Assim, o objetivo central do presente trabalho é analisar a relação causal entre a situação do mercado global de energia e as reformas políticas, econômicas e sociais propugnadas após a ascensão de Mohamad bin Salman ao topo da hierarquia familiar, sumarizadas no plano *Saudi Vision 2030*. Como objetivos secundários, buscar-se-á analisar os fatores estruturais que garantem a estabilidade do reino saudita e permitem a sua governança, assim como compreender os detalhes das reformas econômicas a serem implementadas nacionalmente e delinear os possíveis impactos que estas reformas podem ter sobre a parceria estratégica entre Arábia Saudita e Estados Unidos. Com o propósito de guiar o presente trabalho, parte-se da hipótese de que a conjuntura pós-2014, caracterizada pela queda brusca nos preços do petróleo,

teve o duplo efeito de permitir a adoção de uma política de produção intensiva para lesar a concorrência, e forçar um movimento de reestruturação do Estado saudita para sobreviver à era pós-petróleo.

Para cumprir com os objetivos supracitados, utilizou-se uma metodologia hipotético-dedutiva básica, composta a partir da leitura de obras e artigos para os segmentos históricos, e análises de conjuntura e matérias jornalísticas para os segmentos contemporâneos. Ademais, buscou-se organizar o trabalho em seções apresentadas não somente em ordem cronológica - passado, presente e futuro - mas também em ordem de decorrência lógica - estrutura, conjuntura e cenários. Dessa forma, o desenvolvimento do estudo tem a seguinte constituição: a primeira seção lista e analisa os aspectos estruturais e fundamentais para a política saudita; a segunda seção aborda o aspecto central do trabalho, qual seja, os correntes debates acerca do modelo político e econômico adotado pelo país; a terceira e última seção aborda os efeitos que as reformas econômicas possivelmente terão sobre as relações internacionais da Arábia Saudita.

Destacam-se aqui, de modo exordial, alguns referenciais e argumentos que embasarão o estudo em questão. Por exemplo, utilizam-se as análises de Gause III (2013) e de Baer (2003) sobre a legitimidade doméstica baseada na economia do petróleo. Evidentemente, a organização institucional extremamente centralizada do país demanda uma série de mecanismos complexos e dinâmicos que regulam os interesses e as forças antagônicas, modulando a postura final dos *policymakers*. É nesse sentido que se insere a importância do petróleo que, embora sozinho não tenha potência para permitir a subsistência da monarquia, tem suas receitas utilizadas para alimentar as coalizões políticas que garantem, em última análise, a leniência das elites e dos cidadãos ao regime. Isso porque anula-se a perspectiva de interesses domésticos frontalmente competitivos e mutuamente excludentes, abrigando-se todas as coalizões (tecnoburocratas, clérigos, comerciantes e cidadãos) sob um único sistema de garantias (BAER, 2003, p.29).

Enfim, percebe-se no âmbito dos estudos internacionais, um certo paradoxo no que concerne às análises da região do Oriente Médio: por um lado, é tida como uma das áreas que mais atrai a atenção de analistas e jornalistas globalmente, e em especial da mídia ocidental; por outro, é uma região marcadamente desconhecida, sendo suas nações e povos tratados de maneira superficial ou mesmo negligenciados. Por tal razão, é mister que se faça uma análise bem fundamentada acerca desse que é um dos países mais importantes para a região, buscando compreender a essência do seu comportamento de modo não mistificado. Ademais, entende-se também que tal estudo, bem direcionado, acrescerá conteúdo importante para o acervo

científico de relações internacionais no Brasil, o que certamente redundará em uma base sólida de conhecimento a ser utilizada nos processos de elaboração e implementação de política externa. Isso porque, novamente, o Oriente Médio é região importante e que se encontra em ponto focal da diplomacia brasileira, com parcerias bilaterais estratégicas de vulto.

## 2 A ESTABILIDADE INSTITUCIONAL SAUDITA

Parte-se, no presente trabalho, da explicação dos fatores estruturais da política interna e externa saudita como meio para compreender-se os determinantes da atual conjuntura econômica do reino, centrada em sua política de produção intensiva de petróleo. Foge-se da comum perspectiva ocidental que tende a associar tal modelo de governo a uma espécie de exotismo particular à sociedade e à cultura saudita, como se a submissão e a subserviência fossem inerentes aos cidadãos desse país e a religiosidade tornasse-os incapazes de qualquer questionamento ao *status quo*. Em realidade, entende-se que os fundamentos estruturais da Arábia Saudita são variáveis objetivas que estão diretamente ligadas à subsistência e à firmeza do reino, impactando significativamente sobre a sua inserção internacional. Aqui, tem-se como responsáveis pela estabilidade do Estado: o regime monárquico centrado na Casa de Saud; a abundância de recursos petrolíferos; e a sua aliança com os países ocidentais – mormente, com os Estados Unidos

### 2.1 O Primeiro Pilar: monarquia absolutista e coalizões nacionais

O primeiro fator a ser analisado diz respeito à própria formação do Estado saudita, ou seja, à sua monarquia hereditária com poderes concentrados na família Saud. Curioso pensar, nesse sentido, nos recentes levantes populares que acometeram o mundo árabe no início dessa década - mais especificamente, entre 2011 e 2012 – e que resultaram em pouco ou nenhum abalo às monarquias hereditárias, mas forçaram significativas mudanças nas repúblicas árabes-sunitas da região, seja sob a forma de transições democráticas, seja sob a forma de violentas guerras civis. Isso vai de encontro ao que muitos analistas consideraram, no momento das sublevações, como as tendências gerais a serem seguidas pelos reinados e sultanatos da região, que aparentavam estar erguidos sobre bases bastante frágeis, dado o evidente *gap* entre governantes e governados, e que eram apontados como estando à beira do colapso – sobretudo a Arábia Saudita, onde o “sistema político encontrava-se à beira da implosão” (DAVIDSON, 2012<sup>1</sup> *apud* GAUSE III, 2013, p.6).

---

<sup>1</sup> DAVIDSON, Christopher. *After the Sheiks: The coming collapse of the Gulf Monarchies*. Londres: Hurst and Company, 2012.

Isso não implica negar, contudo, a existência de problemas reais que assolam as monarquias árabes em questão, muitas das quais sofrem com contradições estruturais que representam, de fato, riscos à continuidade dos regimes. Não obstante, os problemas comumente identificados – as cisões nas famílias governantes, a ascensão do ativismo político, o desemprego de jovens adultos, o encarecimento do sistema de patronagem – não representam ameaças incontornáveis. O que se enfatiza é justamente a distinção entre as capacidades de mobilização das populações locais nessas diferentes formas e sistemas de governo, mediante a identificação (ou não) de instrumentos para tal finalidade. Isso porque a adaptação desses Estados centralizados, fixados sobre quantidades incomensuráveis de recursos financeiros, impede a formação de fagulhas capazes de retirar os cidadãos de um imobilismo confortável, algo que não apresentava paralelo nas repúblicas vizinhas, erguidas sob regimes autoritários, mas com sistemas econômicos relativamente liberais (GAUSE III, 2013, p.6).

Nesta análise, rejeita-se a noção mais comum de que as monarquias do golfo teriam como alicerces uma “legitimidade cultural” inerente às suas filosofias políticas e modelos de governo. Isto é, afasta-se a ideia de que há uma compatibilidade quase natural entre os povos árabes e os regimes monárquicos justificada por sua herança histórico-cultural-normativa, argumento muito presente em perspectivas eurocêntricas e mesmo depreciativas. Conforme apontam alguns analistas nesse sentido, ter-se-ia criado uma fórmula em que o princípio dinástico e a noção de hereditariedade dariam ao governante (geralmente rei, sultão ou emir) uma posição de superioridade e autoridade praticamente inquestionável. Seguindo nessa perspectiva, os líderes teriam suas imagens e seus retratos associados diretamente às histórias e às culturas nacionais, agregando as tradições Islâmicas e tribais, enraizadas na população em geral, às suas próprias características individuais (GAUSE III, 2013, p.9).

Essa premissa merece, no entanto, bastante cuidado, na medida em que reflete um discurso minuciosamente construído pelos próprios governos da região, que se esforçam para serem percebidos como representantes autênticos de suas culturas. Em verdade, não raro esse tipo de governo enfrentou oposição política e armada interna ao longo do desenvolvimento histórico de cada um dos países. Alguns monarcas, convenientemente alocados em territórios estratégicos por potências ocidentais quando das suas retiradas do Oriente Médio, viram-se removidos do poder diante de levantes nacionalistas que tomaram forma ao longo do século XX, como ocorrera no Egito (1952), Tunísia (1957), Iraque (1958), Iêmen (1962), Líbia (1969), e Irã (1979). De forma similar, algumas monarquias que ainda subsistem foram atingidas por intensos movimentos de desestabilização, como foi o caso da Jordânia, que enfrentou uma



guerra civil em 1970 e do Omã, que enfrentou um movimento insurgente na província de Zufar, entre os anos 1960 e 1970 (GAUSE III, 2013, p.9).

Mais recentemente, durante a Primavera Árabe, outro evento pôs em xeque o argumento da propensão histórico-cultural à aceitação da monarquia nesses países: os levantes populares no Bahrein, em 2011. Dificilmente poder-se-á argumentar que a monarquia da Casa al-Khalifa permaneceu incólume aos levantes populares da região, tendo sido, na realidade, a mais afetada se avaliado em termos de proporção da população total (entre 100 mil e 200 mil manifestantes foram às ruas, sob um total de 500 mil cidadãos e 1.2 milhões de habitantes). O principal grupo de oposição, o *al-Wefaq*, lançou um manifesto durante os protestos demandando a reforma do sistema político e da autoridade executiva de modo a aproximar-se ao parlamentarismo clássico, havendo uma separação entre monarca e governante, com um Primeiro-Ministro indicado pelo bloco majoritário do legislativo e um terço dos Ministros derivados do mesmo poder (GAUSE III, 2013, p.11). As sublevações somente foram contidas com o uso sistemático de violência pelo governo e por “grupos vigilantes” sunitas, assim como com o apoio militar do governo saudita.

Entende-se que o fundamento básico das monarquias seria, na verdade, uma exímia “habilidade de governança”, calcada em sua capacidade de formar coalizões internas - com as elites nacionais - e externas - com os seus vizinhos de mesmo regime. Essas alianças informais, conforme proposto por Gause III (2013), não são padronizadas ou estáticas, variando de país para país e de conjuntura em conjuntura, podendo ser desfeitas e refeitas conforme a necessidade de ser mantida a estabilidade. O seu funcionamento dá-se a partir do amparo de determinados grupos políticos e econômicos proeminentes como pilares para o regime, e da exclusão de outras facções que representem potencial ameaça ao estilo de governança vigente. Há, portanto, uma verdadeira logística de troca de favores entre os governantes, as elites e os cidadãos envolvendo apoio político e privilégios sociais, com a formação de um “guarda-chuva” de distribuição pública de benefícios (GAUSE III, 2013).

É o que indica de forma mais detalhada Niblock (1982), ao descrever a estrutura sociopolítica de poder no país, calcada na capacidade da Casa de Saud em equilibrar e manipular as tribos beduínas, os líderes religiosos e o *establishment* comercial em favor do regime. A interdependência entre a monarquia e esses grupos fica clara à luz da administração dos recursos nacionais, que raramente viam-se destinados à projetos de desenvolvimento socioeconômico e infraestrutural, sendo majoritariamente canalizados para projetos de

“preservação da lei e da ordem” ou “manutenção do *status quo*” em uma sociedade dividida (NIBLOCK, 1982, p.94-95). As tribos beduínas asseguravam a lealdade ao regime em troca da autoridade administrativa sobre seus próprios espaços, além de subsídios periódicos fornecidos pelo tesouro nacional. Já as lideranças religiosas (*‘ulama*) garantiam a sua benção (*fatwat*) às políticas do governo em troca da influência sobre o sistema educacional e jurídico e de repasses financeiros. Por fim, o *establishment* comercial garantia a sustentabilidade econômica do reinado em troca de influência sobre vilarejos, garantias comerciais e financeiras e proteção da concorrência internacional (NIBLOCK, 1982).

Os Al- Saud, família que governa a Arábia Saudita desde a sua fundação histórica, têm a origem de seu fortalecimento no Século XVIII. Em 1744, houve a junção histórica entre Muhammad ibn Saud, governante da cidade de Al-Diriyah, e Muhammad ibn Abdul-Wahhab, clérigo fundador do movimento fundamentalista do Wahhabismo, que resultou na fundação do Emirado de Diriyah - ou o Primeiro Estado Saudita. Em 1932, o Reino da Arábia Saudita - ou o Terceiro Estado Saudita - foi fundado, após extensas conquistas territoriais do líder tribal Abdul Aziz ibn Saud, posteriormente autoproclamado monarca. A sucessão de governos foi determinada pela hereditariedade, sendo todos os monarcas desde 1953 filhos do Rei Fundador Abdul Aziz - não necessariamente em ordem de primogenitura, mas escolhidos entre os príncipes mais experientes (BAER, 2003). Assim, gradualmente foi construída uma ampla coalizão entre familiares, clérigos e burocratas que visava garantir a interdependência entre política e religião no país, ao mesmo tempo em que os descendentes do fundador tornaram-se alegóricos para a nação.

O período compreendido pelo Reinado de Ibn Saud, estendido de 1932 a 1953, foi caracterizado pela superação das dificuldades que marcaram a formação tanto do Primeiro quanto do Segundo Estado Saudita – a saber, a incapacidade das lideranças em construir um poder centralizado com bases de apoio na população – e pela construção *de facto* do Terceiro Estado Saudita. O processo em questão tomou forma a partir de dois movimentos simultâneos, cautelosamente articulados pelo governante e por seus conselheiros: por um lado, a idealização de um amplo sentimento de nacionalidade saudita até então inexistente, calcado em um discurso defensivo contra os demais movimentos Árabes nacionalistas, que se viam apoiados em forças externas como estadunidenses, soviéticas e britânicas; por outro, a apropriação da *Ikhwan* enquanto força militar e policial, organização inicialmente concebida como protoexército composto de nômades das tribos locais, mas que veio a tornar-se importante componente na

estrutura das Forças Armadas nacionais, sob a forma da Guarda Nacional institucionalizada (BARRETT, 2015).

As duas décadas que se seguiram foram marcadas por disputas internas na família real, sucedendo-se no trono o Rei Saud (1953-1964) e o Rei Faisal (1964-1975), em um período balizado pela definitiva consolidação da estrutura de coalizões que assegurou não só a sobrevivência, mas também o desenvolvimento do Estado saudita. O Reinado de Faisal, em particular, foi responsável pelo entendimento fundamental de que as instituições deveriam ser criadas e a administração deveria ser racionalizada para que o país se mantivesse estável, mas que esse esforço não poderia ser feito às custas da fragmentação na estrutura familiar. Esse governo “proveu o núcleo-duro do poder político e econômico em torno do qual os descendentes de Ibn Saud puderam exercer suas prerrogativas e competências globais” (BARRETT, 2015, p.61), como demonstra a sua disposição em formalizar os consensos entre os clãs *al-Sudairi*, *al-Thunayyan* e *al-Jiluwi* que garantiram a manutenção dos “Sudairi Seven” à frente do governo.

Finalmente, durante os reinados Khalid (1975-1982) e Fahd (1982-2005), a Arábia Saudita vivenciou o momento de seu definitivo fortalecimento enquanto nação de relevância na política internacional, arquitetando a conciliação entre conservadorismo e modernidade e a traduzindo em ações de política externa. Por um lado, articulou uma posição de vantagem na mobilização dos povos árabes e das populações islâmicas de modo geral, consolidando-se como *hub* ideológico das peregrinações muçulmanas e como bastião da resistência tradicionalista sunita. Por outro, o Reino assumiu uma posição crescentemente assertiva com relação às questões securitárias regionais e globais, tornando-se o principal aliado dos Estados Unidos no Oriente Médio, visando à contenção das pretensões revolucionárias não só das perturbações comunistas soviéticas, mas também do movimento fundamentalista iraniano. Por fim, tornou-se a incontestável superpotência energética do mundo, consolidando a sua colocação enquanto grande produtor e exportador global de petróleo, sendo ator essencial para garantir a estabilidade da economia internacional (BARRETT, 2015).

## **2.2 O Segundo Pilar: Estado rentista e receitas do petróleo**

O segundo fator da estabilidade saudita, para além dos determinantes político e histórico, mas que se mantém em estreita correlação, é a sua abundância em reservas de petróleo

bruto. Os recursos energéticos, em sentido amplo, são instrumentos de poder no Sistema Internacional. Isso por dois motivos: por um lado, estão intrinsecamente relacionados à capacidade de um Estado em promover o desenvolvimento interno e tomar decisões de forma independente, na medida em que garantem uma base sustentável, em termos de continuidade, ao processo de fortalecimento econômico e industrial da nação; por outro, estão ligados à capacidade de barganha de um Estado com relação à exploração e exportação de seus recursos àqueles que se encontram mais vulneráveis por deles carecerem, sendo ponto extremamente sensível da agenda internacional (OLIVEIRA, 2012). Tratando-se especificamente do país aqui analisado, a máquina estatal, dos políticos à burocracia, está intimamente ligada à economia do petróleo, conforme ver-se-á a seguir.

A Arábia Saudita possui, atualmente, 18% das reservas mundiais comprovadas de petróleo - aproximadamente 266 bilhões de barris de petróleo bruto – e, atrás apenas dos Estados Unidos (dado a recente expansão em sua produção no biênio 2017-2018), é o segundo maior produtor mundial desse recurso, com aproximadamente 11 milhões de barris por dia. Consequentemente, configura-se atualmente como o maior exportador mundial de petróleo, em um valor de aproximadamente US\$ 157 bilhões por ano. Evidentemente, isso confere ao país uma posição privilegiada dentro da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) e no Mercado Global de Energia, sendo o *swing-producer*<sup>2</sup> desse recurso. Isso ocorre uma vez que a Arábia Saudita detém a maior capacidade de produção de excedente do mundo - aproximadamente 2 milhões de barris por dia - tendo o poder de praticamente determinar os preços da *commodity* conforme a sua perspectiva estratégica (LEÃES, 2016; BAER, 2003).

Certamente, o petróleo por si só não é capaz de garantir a sobrevivência de um regime monárquico; são as coalizões citadas acima, alimentadas pelas receitas petrolíferas, que garantem o suporte e a sobrevivência do regime saudita. Isso ocorre na medida em que as riquezas derivadas dessa *commodity* são utilizadas para a expansão dessas coalizões e o envolvimento de um maior número de interesses sociais, “reduzindo a ideia da existência de um jogo de soma-zero que leva a grande parte dos conflitos políticos” (BAER, 2003, p.29). Em outras palavras, a estrutura estatal beneficia-se de uma vasta reserva de recursos financeiros para criar um ambiente harmônico e livre de antinomias, não havendo um conflito distributivo amplo que poderia abrir margem para o surgimento de movimentos separatistas, organizações

---

<sup>2</sup> O *swing-producer* é o produtor que se encontra na posição vantajada para controlar a oferta em um mercado oligopolizado (LEÃES, 2016).

ativistas e partidos políticos. Dessa forma, existe uma relação consecutiva e indireta entre as variações dos preços do petróleo, a utilização das receitas na formação de coalizões, e a própria estabilidade do regime monárquico.

Importante frisar, contudo, a existência de um preço de equilíbrio no mercado de petróleo para os países que seguem esse modelo, que corresponde justamente ao preço do barril que permite o financiamento total do orçamento das estruturas rentistas nacionais – cuja flutuação opera como potencial desestabilizador. Embora não exista um consenso formado entre analistas internacionais quanto ao nível desse preço de equilíbrio para cada um dos Estados da região, muitos concordam que esse encontra-se acima do nível atualmente vigente. Portanto, a preocupação das petromonarquias é justamente a corrente revolução energética propugnada pelos Estados Unidos, que tende a reduzir significativamente o preço dos hidrocarbonetos nos próximos anos, mantendo-se em patamares inferiores ao preço de equilíbrio estimado. Como agravante, ainda, as próprias exportações de petróleo desses Estados encontram-se em xeque, na medida em que as matrizes alternativas permanecem encarecidas (e tecnologicamente inviáveis), e os países veem-se forçados a expandirem o consumo de suas próprias produções domesticamente (GAUSE III, 2013, p.6).

Essa fusão dos elementos internos – político e econômico, respectivamente - pode ser resumida no conceito de “Capitalismo *Asabiyya*”, que explica algumas das bases fundamentais da organização social e política de países árabes, em geral, e da Arábia Saudita, em particular. Inicialmente proposta pelo filósofo Ibn Khalud, no século XV, o conceito de *Asabiyya* diz respeito a uma espécie de coesão social calcada na solidariedade entre os membros de um grupo: esse entendimento reúne os elementos que levaram à superação das condições de pura sobrevivência entre as tribos selvagens e antagônicas dos beduínos no deserto e à formação de verdadeiras civilizações urbanas, com o estabelecimento de dinastias e o incentivo à cooperação. Se somado ao sistema econômico do Capitalismo e à sua singular capacidade de geração de recursos materiais e financeiros, esse conceito pode, com algumas ressalvas, ser transcrito aos tempos modernos. Isso serve como explicação para a compatibilidade entre a monarquia absolutista e a economia de mercado, um como elemento substancial e outro como elemento formal da estabilidade (FRIEND, 2011; BARRETT, 2015, p.75).

Como consequência, formou-se o modelo atual baseado em um Estado Rentista - ou em relações de patronagem - que se estendeu à virtualmente toda a população saudita. Os Estados Rentistas são “aqueles Estados que recebem, de maneira regular, quantias substanciais de renda

estrangeira” (MAHDAVY, 1970), definidas como valores pagos por indivíduos, empresas ou governos estrangeiros, para indivíduos, empresas ou governos de um outro país pela utilização de recursos estratégicos nacionais. Existem quatro características básicas que permitem configurar um Estado Rentista. Primeiro, a renda deve ser o fator econômico predominante na economia nacional. Segundo, essa mesma renda deve obrigatoriamente ter uma origem externa. Terceiro, apenas uma pequena parte da população deve participar do processo de formação da riqueza, enquanto as demais participam somente no recebimento e na utilização dessa mesma riqueza. Por fim, o governo é o responsável pelo recebimento da renda, mantendo o seu controle nas mãos de poucos.

Os choques do petróleo e as conseqüentes elevações nos preços da *commodity*, que entre os anos de 1970 e 1979 foram quaduplicados, permitiram a acumulação de receitas e a posterior expansão da estrutura governamental por parte de Riade. Em termos quantitativos, 65% da atividade econômica do reino passou a girar em torno das exportações de petróleo, garantindo ao governo receitas suficientes para marcar sua presença em 63% dos investimentos em ativos físicos e manter aproximadamente dois terços da população empregada em suas atividades – curiosamente, taxas características de países de orientação socialista. A Arábia Saudita continuou a expandir os seus gastos governamentais nas décadas seguintes à emergência do modelo, abarcando por um lado as grandes áreas de mineração e extração de petróleo - via Saudi Aramco -, e por outro as áreas de necessidades básicas da população - via gastos e subsídios nas prestações de serviços como educação gratuita, seguros de saúde, geração de energia elétrica e fornecimento de água potável (HERTOG, 2016).

### **2.3 O Terceiro Pilar: suporte internacional**

O terceiro e último fator que permite a subsistência da Arábia Saudita é o seu alinhamento de interesses aos dos países ocidentais e, especialmente, aos dos Estados Unidos. Após a Segunda Guerra Mundial, o Oriente Médio tornou-se uma zona conturbada, ao reunir reflexos políticos decorrentes da estratégia dos Estados Unidos como *hegemon* global para conter a União Soviética como grande potência em ascensão. O alinhamento EUA-Arábia Saudita tem origem na chamada “Doutrina dos Pilares Gêmeos”, de Richard Nixon, a partir da qual Washington contava com as monarquias árabe e persa como seus parceiros regionais responsáveis pela segurança na região do Golfo. Entretanto, em 1979, dois eventos

consolidaram em definitivo a primazia da Arábia Saudita enquanto parceira estratégica dos estadunidenses: a Revolução Iraniana e a Invasão Soviética do Afeganistão.

O argumento de Fred Halliday (1982) vai ao encontro dessa perspectiva, sendo a relação entre a Arábia Saudita e os Estados Unidos definida como, nos tempos de Guerra Fria, “uma das mais importantes ligações entre um país de Terceiro Mundo e um país industrializado” (HALLIDAY, 1982, p.124). A necessidade da aliança, embora envolvesse invariavelmente elementos de ordem política, estratégica e militar, foi essencialmente condicionada pela relação econômica que gira em torno do fornecimento de petróleo. A aproximação bilateral serviu, sobretudo, a três propósitos que beneficiavam ambos os países: primeiro, a exportação de petróleo para a reconstrução da Europa e do Japão no período pós-guerra moveu uma enorme quantidade de recursos financeiros para o governo saudita e para as companhias intermediárias estadunidenses; segundo, o próprio fornecimento de hidrocarbonetos para os Estados Unidos, quando estes assumiram a condição de importador líquido, garantiu uma condição de segurança energética para o país; terceiro, e mais importante, a exclusão de outras potências, como Reino Unido, França e Rússia de terem acesso direto às fontes de recursos naturais estratégicos (HALLIDAY, 1982).

O autor elabora, ainda, um balanço das finalidades pontuais buscadas na parceria para cada um dos países, algumas das quais permanecem relevantes até a atualidade. Para a Arábia Saudita, são três metas em especial: o suprimento de armamentos para a defesa e proteção do país, a assistência econômica em projetos de desenvolvimento, e o progresso na questão Israel-Palestina. As duas primeiras foram e continuam sendo alcançados com relativa facilidade (constrangidas apenas pela posição do Congresso e da opinião pública estadunidense em alguns momentos específicos), ao passo que a terceira tem sido objeto de constantes frustrações, pela rígida postura de Washington com relação a Tel Aviv. Já para os Estados Unidos, destacam-se, aqui, cinco metas estratégicas: o exercício de uma política regional saudita alinhada aos seus interesses, a continuidade da posição do país como moderadora da posição da OPEP, a manutenção dos níveis de oferta de petróleo conforme a demanda ocidental, a aquisição de exportações de modo geral, e de equipamentos militares, de modo específico, de fornecedores americanos e, por fim, o contínuo apoio ao dólar americano (HALLIDAY, 1982).

Ainda que analistas e historiadores apontem para o “sentimento infantil” (sic) antimonarquista dos estadunidenses, não se pode negar que Washington buscou adaptar-se ao ambiente consolidado e trabalhar com os instrumentos disponíveis na região. Durante o reinado

do Xá Mohammad Reza Pahlavi (1941-1979) no Irã, o país foi o principal bastião da política estadunidense para o Oriente Médio. Nesse sentido, desde os anos 1950, os Estados Unidos enviaram equipamentos e realizaram treinamentos militares com o Irã, considerando-o cada vez mais como um ‘proxy’ para o combate ao comunismo na região - reflexo disso foi o envio de 15.000 soldados iranianos ao Omã durante a insurgência em Zufar (BARRETT, 2015). Não obstante, os choques do petróleo de 1973 e o aumento da dependência estadunidense posicionaram Teerã em uma posição de elevada autoconfiança, e a postura cada vez mais assertiva do Xá iniciou uma reversão na política amistosa entre EUA e Irã - que será cuidadosamente instrumentalizada pela Arábia Saudita em seu favor.

A reversão nas relações entre EUA e Irã, talvez contida à retórica durante o governo de Reza Pahlavi, tomou impulso definitivo com a Revolução Islâmica e a ascensão do Aiatolá Ruhollah Khomeini, em 1979. Em termos gerais, o afastamento foi determinado pelo “Khomeinismo”, que pregava por uma política de autonomia persa aliado ao fundamentalismo islâmico baseado no Xiismo. Não obstante, foi o evento da invasão à embaixada estadunidense em Teerã que levou ao rompimento diplomático definitivo, ao congelamento de bens nacionais e à transformação do país em inimigo de Washington. Da mesma forma como, na década de 1950, aproveitara-se da expansão da ideologia Pan-Arabista e do sentimento Nasserista para mostrar-se como um aliado de relevância, a Arábia Saudita buscou aproveitar-se da expansão do sentimento revolucionário no Golfo Pérsico para atrair os Estados Unidos em uma parceria estratégica e contrabalancear o fortalecimento iraniano e xiita na região (BARRETT, 2015).

Ainda em 1979, a invasão soviética do Afeganistão contribuiu para o alinhamento de interesses entre os sauditas e os estadunidenses. Durante os governos afegãos vigentes entre os anos de 1973 e 1979, a reorientação política de Cabul - no sentido da modernização e centralização - fez a União Soviética temer a possibilidade de perder uma importante área de influência na Ásia Central. Ademais, a própria Revolução Iraniana gerou a possibilidade de um transbordamento de mobilizações que poderia causar distúrbios em suas fronteiras ao sul. Com isso, em 1979, a União Soviética realizou a sua intervenção no Afeganistão, substituindo o governante por um alinhado aos seus interesses, iniciando uma guerra com grupos insurgentes locais (os conhecidos *Mujahideens*, financiados e armados pelos próprios sauditas) e permanecendo no país até 1989 (VISENTINI, 2014).

Em decorrência disso, os Estados Unidos perceberam o risco de estarem perdendo suas principais posições estratégicas nas proximidades do Golfo Pérsico. Desse momento em diante,



a região do Grande Oriente Médio - que se estende da África Setentrional à Ásia Central - passou a ser considerada um “Arco de Crises” de importância primária para Washington (BRZEZINSKI, 2016). Em pouco tempo, é lançada a ‘Doutrina Carter’, segundo a qual “qualquer tentativa de um país extrarregional em ganhar controle sobre o Golfo Pérsico será considerada um ataque aos interesses vitais dos Estados Unidos”. É nesse contexto que a Arábia Saudita emergirá definitivamente como principal aliado na política de segurança dos Estados Unidos para a região, e terá sua estabilidade assegurada por forças internacionais - recebendo dinheiro, armamentos e contingentes militares estadunidenses desde 1980 (BACEVICH, 2010).

#### **2.4 Síntese: estabilidade e risco**

Em síntese, esses três elementos básicos, dois internos e um externo, são vistos como responsáveis pela presente organização institucional da Arábia Saudita, que por sua vez garante a subsistência do reino. Alguns índices internacionais selecionados por Stares e Ighani (2017) fazem referência a essa estabilidade, agregando dados importantes sobre “fatores de risco” (fontes políticas, econômicas, sociais e culturais de “estresse”) para a classificação do país. Embora não sejam indicadores perfeitos da realidade – às vezes complexa demais para ser quantificada de maneira tão assertiva -, certamente têm alguma utilidade na constatação empírica do argumento aqui construído. A OCDE, por exemplo, em seu “Índice de Fragilidade” de 2016, classificou a Arábia Saudita como estando na categoria de “estabilidade política moderada”. De forma similar, o Fundo para a Paz definiu, em seu relatório “Índice de Fragilidade dos Estados” de 2017, que o país figura na posição 101, entre 178 países avaliados (STARES; IGHANI, 2017).

### 3 AS REFORMAS NACIONAIS E O SAUDI VISION 2030

Conforme apresentado acima, as receitas do petróleo têm uma função extremamente importante para o funcionamento do Reino da Arábia Saudita, especialmente no que diz respeito à condução de suas políticas econômicas. Assim, é imprescindível compreender a inflexão desse ponto nevrálgico da política interna do país: a superação do modelo atual baseado em um Estado Rentista e com fundamentos nas receitas de petróleo, elemento que está no centro das discussões de rumos a serem tomados pelo *establishment* governamental. Conseqüentemente, merecem espaço na discussão não somente as motivações que levaram à inflexão na política do país através da proposição de reformas, mas também o modelo reformista propugnado por bin Salman – em suas faces política e econômica -, baseado em um Estado “neoliberal” e com fundamentos na diversificação de empreendimentos.

Destarte, a realidade fundamental do Estado saudita aqui desenhada esquematicamente vem encaminhando-se para uma mudança significativa nos últimos anos. É justamente nesse ponto, portanto, que se encaixam alguns elementos teóricos da presente análise, acerca das motivações que levaram a Arábia Saudita a reformar a sua estrutura institucional. Segundo a perspectiva aqui sintetizada, os ideais reformistas surgiram como uma conjunção de dois fatores socioeconômicos que afetaram a realidade da Arábia Saudita, sendo um primário (e de longo prazo), e um secundário (e de curto prazo). O sucesso dessas medidas dependerá, contudo, da perspectiva internacional quanto ao comprometimento efetivo do governo com o protocolo reformista, sendo expectativas positivas nesse sentido essenciais para a atração de investimentos estrangeiros e, conseqüentemente, a conformação de um mercado interno calcado na iniciativa privada.

#### 3.1 Os “Fatores de Estresse” Políticos

No que diz respeito ao fator originário, entende-se que, desde a última década, tem havido um choque entre as forças sociais consolidadas que serviram de base para o poder saudita, e novas forças sociais de contestação pelo mundo árabe-sunita. O Conservadorismo e o Wahhabismo, duas faces da mesma moeda, serviram, respectivamente, como modelo político baseado na “modernização capitalista, petroleira e financeira” e como modelo de soberania

religiosa para conexão entre príncipes e súditos, com amplo suporte do Ocidente. Por outro lado, o chamado Espírito Crítico e o Ideal de Libertação, emergentes na atualidade, têm servido de base para um duplo impulso cultural e econômico de renovação, que questiona os preceitos anteriormente estabelecidos (ROCHE, 2012). Assim, do ponto de vista psicossocial, vislumbrou-se a necessidade de serem pensadas alternativas à organização social do país para o longo prazo.

Já em 2011, a Primavera Árabe sinalizou a necessidade de evolução da política nacional e apresentou alguns sintomas que poderiam evoluir para uma eventual crise institucional: de modo geral, os protestos que atingiram o Golfo Pérsico foram significativos por representarem forças de contestação à falta de participação política e à corrupção generalizada nos governos da região; de modo específico, demonstraram que a Arábia Saudita encontrava-se severamente exposta aos novos ares de mudanças e reformas, por conta de sua situação interna crítica. Não obstante a materialização dos ideários transformadores nas sublevações populares, os desdobramentos posteriores (envolvendo a prisão de ativistas e a repressão das manifestações) foram essenciais para mitigar esse sentimento de descontentamento generalizado, dando ao governo uma brecha para tomar as rédeas da situação.

Conforme mencionado anteriormente, as sublevações do Bahrein, ocorridas em 14 de fevereiro, logo espalharam-se para o grande país vizinho, que presenciou em suas províncias orientais – particularmente nos oásis de Al-Ehsa’a e Al-Qateef, ocupadas por maiorias xiitas – uma série de manifestações políticas em busca de representatividade. Símbolo da pressão popular saudita foi a organização (ainda que frustrada) do chamado “Dia da Fúria”, em 11 de março, um amplo protesto popular que foi banido e desarticulado pela segurança interna nacional sob alegações de ser representante de conexões intelectuais e partidárias não permitidas pela Lei Islâmica.

Esses eventos parecem corroborar a tese de que a estabilidade do país se encontrava ameaçada pela elevação na frequência de mobilizações políticas, mas essa logo vê-se refutada diante do rápido retorno à estabilidade e ao imobilismo interno. O clima político regional foi comovido pelo sentimento de tensão e medo face ao que ficou conhecido como “inverno árabe”, dado o fracasso dos levantes em cumprir com as suas metas iniciais de democratização e transparência. Os rescaldos de autoritarismo e *state collapse* que atingiram Egito, Síria e Líbia (permitindo, inclusive, a ascensão e o fortalecimento de grupos extremistas como o Estado Islâmico) serviram de duros golpes ao movimento revolucionário.

Em território saudita, especificamente, o aprisionamento de ativistas civis e advogados de direitos humanos, como Mohamed Al Qahtani e Waleed Abu Khair (fundadores da *Saudi Civil and Political Rights Association* e da *Monitor of Human Rights in Saudi Arabia* respectivamente), arrefeceu em definitivo os movimentos progressistas e afastou o país dos holofotes ocidentais. Ainda que nos campos emocional e intelectual as pretensões populares não deixaram de existir, na prática os ideais transformadores foram suprimidos por engenhosas ações governamentais de desarticulação e repressão – isto é, afastou-se a iminência revolucionária, aproximando-se do cauteloso reformismo (KINNINMONT, 2017).

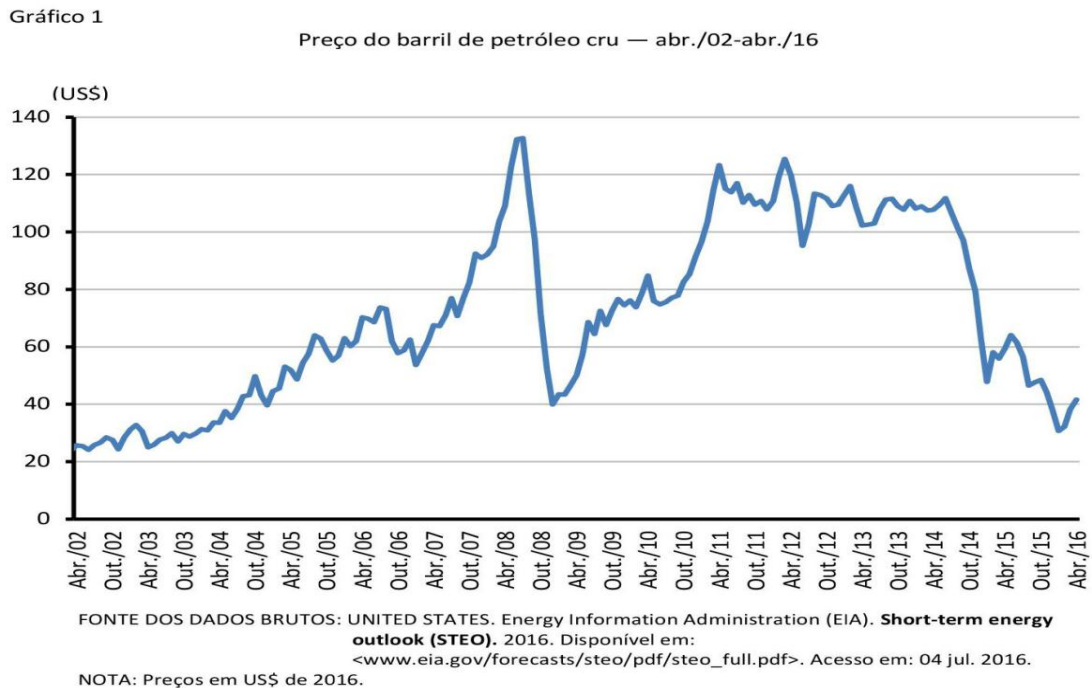
### 3.2 Os “Fatores de Estresse” Econômicos

Já no tocante à existência de um fator secundário, acredita-se que há uma relação causal próxima entre a atual política de produção intensiva de petróleo e a busca por uma reforma macroeconômica nacional. Assim, a expansão na produção e a conseqüente redução dos preços da *commodity* afetam a estrutura do Estado Rentista e reduzem a sua capacidade de sustentar as necessidades básicas da economia, optando Riad não por uma postura reacionária e resistente, mas de ajustamento e adaptabilidade. Como conseqüência, o Príncipe Mohamed bin Salman previu a necessidade de ser formulado um modelo econômico mais sustentável e baseado na “despetrolificação”, sendo responsável pela elaboração do plano nacional *Saudi Vision 2030* e do “subplano” *National Transformation Program 2020* como respostas às pressões de curto prazo.

A partir de 2014, a face econômica também passou a impor seus constrangimentos, sendo necessário compreender a configuração do mercado global como contexto geral para a análise da política de petróleo formulada pelo país. Nesse sentido, entende-se que a conjuntura em questão foi caracterizada pela queda brusca dos preços do barril de petróleo, decorrente inicialmente da desaceleração da economia global, como demonstra o Gráfico 1 abaixo. Em maior profundidade, essa tendência é reforçada por questões ligadas à geopolítica energética, especialmente derivadas das iniciativas estadunidenses de reduzir a sua dependência frente aos países da OPEP via exploração de recursos não convencionais - como o gás de xisto e o petróleo canadense. Entre 2014 e 2016, o preço do barril foi reduzido de 110 dólares para 30 dólares,

uma queda súbita e assemelhada somente ao momento imediatamente posterior à chamada Crise do *Subprime*, em 2008 (LEAES, 2016).

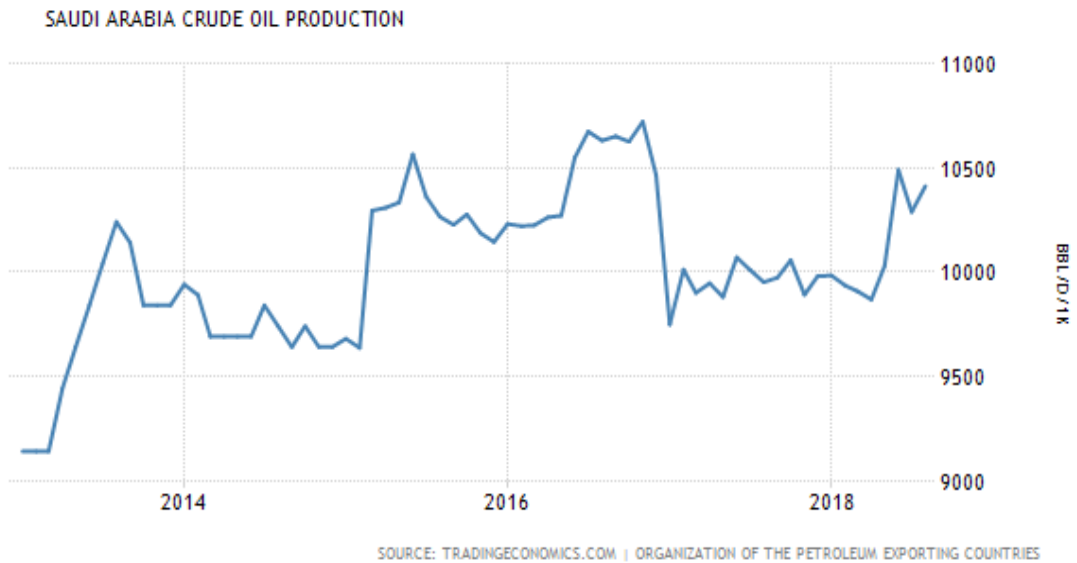
Figura 1 - Preço do Barril de Petróleo Cru



Fonte: Leães (2016).

O cenário em questão se mostrou, de modo contraintuitivo, como um ensejo para a adoção de uma política de produção intensiva de petróleo pela Arábia Saudita, sendo evidência disso a reorganização do Ministério do Petróleo (agora cunhado de Ministério de Energia, Indústria e Minérios), através da substituição de Ali Naimi, partidário do congelamento da produção, por Khalid al Falih, disposto a expandir as atividades. Essa estratégia, visualizada no Gráfico 2, decorre da posição de vantagem relativa do país em termos naturais e tecnológicos, em função das amplas reservas disponíveis e dos baixos custos de produção, nas disputas por parcelas do mercado energético global com países não membros da OPEP. Tal supremacia no mercado de petróleo permite que a estratégia adotada envolva desbancar agressivamente os concorrentes no setor, dentre os quais merecem destaque a indústria de gás de xisto estadunidense, os produtores russos de petróleo e o Irã recém reinserido na economia global (KRANE, 2016).

Figura 2 – Produção Nacional de Petróleo Cru



Fonte: TRADING ECONOMICS (2018)

Em termos concretos, o risco de perder parcelas do mercado global de energia reflete-se na alteração do cálculo estratégico de produção saudita, normalmente contida a fim de controlar a exaustão lenta e gradual de seus campos petrolíferos. Desde os anos 2000, o país buscou manter-se com uma produção estável a fim de estabilizar os preços a níveis altos, garantindo para si 13% da participação no mercado. Não obstante, com a ascensão de novos centros energéticos e a consequente ameaça ao valor de longo prazo da *commodity*, o reino busca expandir a sua produção - em torno de 11 milhões de barris por dia -, visando ao mesmo tempo forçar prejuízos para os seus concorrentes com custos de produção elevados e reduzir o tempo de esgotamento das reservas nacionais (KRANE, 2016). A própria pressão imposta pelos Estados Unidos sob a Administração Trump influencia a decisão do país em produzir quantidades astronômicas de barris de petróleo, de modo a suprir a demanda gerada pela “reindustrialização” estadunidense e não coberta pelos iranianos (novamente embargados).

### 3.3 Reformas, Modernização e Saudi Vision 2030

Esses desdobramentos conjunturais permanecem em desenvolvimento constante e são, portanto, incertos. Como bem aponta Gause III (2013), cuja tese serviu de base para a elaboração da seção anterior:

Todos esses desenvolvimentos ainda são especulativos. O que permanece claro, contudo, é a forma como as petromonarquias têm, pelo menos no curto prazo, acumulado imensas reservas financeiras, construídas a partir dos elevados preços do petróleo mantidos na última década. Por exemplo, a Arábia Saudita tem aproximadamente 700 bilhões de dólares em reservas estrangeiras sob controle governamental, de acordo com estimativas oficiais. Em 2013, os gastos governamentais sauditas alcançaram o montante de aproximadamente 230 bilhões de dólares, enquanto as suas receitas beiraram os 280 bilhões de dólares. Mesmo que as suas receitas venham a decair em 30%, Riade ainda poderia sustentar gastos elevados nesses mesmos níveis (contando com a inflação) por mais de uma década apenas liquidando as reservas internacionais (GAUSE III, 2013, p.7).

Tanto a “desaceleração cíclica do ativismo de oposição” quanto as pressões econômicas atualmente impostas sobre o orçamento pela queda nos preços do petróleo, deram às autoridades sauditas janelas de oportunidade para serem realizadas reestruturações impopulares. A partir de 2014 – mas, sobretudo, a partir de 2016 – medidas de austeridade e saneamento foram postas em prática de maneira absolutamente súbita, sem contrapartidas políticas na forma de consultas públicas, e sem contrapartidas econômicas na forma de mitigadores salariais, arriscando-se o governo em seara até então inexplorada. Como exemplo, tem-se a redução drástica dos repasses financeiros diretos aos cidadãos nacionais em até 25%, sendo cancelados e suspensos subsídios tradicionalmente utilizados para compensar o poder aquisitivo dos salários, instrumento muito eficiente para garantir a acomodação do cidadão médio. Conforme apregoa Kinninmont (2017), o governo foi capaz de implementar esses reparos sem encontrar oposição organizada (dado o *timing* de suas ações), mas não deve se isentar do conhecimento das potenciais reações populares (KINNINMONT, 2017).

O processo de modernização foi iniciado efetivamente com a nomeação do príncipe-herdeiro a importantes cargos do governo saudita, como homem-forte encarregado de encabeçar a ruptura. Com apenas 33 anos, o estadista foi alçado à alta política por meio da acumulação de poder nos cargos de Ministro de Estado, Ministro da Defesa e Aviação, Secretário-geral da Corte Real, *Chairman* do Conselho de Assuntos Econômicos e de Desenvolvimento, Conselheiro Especial do Rei, entre outros. Sua meta central é efetuar a modernização, racionalização e diversificação da economia nacional, tornando o país uma verdadeira “usina

de investimentos”, na qualidade de epicentro dos fluxos de comércio e capitais globais (COOK, 2016). Para tanto, vem dedicando-se à melhora da imagem da nação no exterior, tendo realizado viagens diplomáticas e de negócios aos Estados Unidos e à Europa em 2017 e 2018, visando a reafirmação de seus compromissos securitários e a conclusão de novos acordos comerciais.

A grande questão imposta é, portanto, a mudança representada no *modus operandi* da política saudita, que sofre uma guinada de afastamento das coalizões e de aproximação ao unilateralismo. Historicamente, conforme longamente exposto na seção anterior, as principais questões políticas nacionais foram tratadas com base no protocolo informal de consultas entre Rei e constituintes, no sentido da construção de consensos entre os membros proeminentes da família real, observando-se as demandas dos grupos tribais e atentando-se às preocupações dos líderes religiosos. No presente momento, bin Salman “livrou-se totalmente desse processo”, conduzindo seu projeto com base na aprovação quase exclusiva de seu pai, apresentando pouca ou nenhuma preocupação com os impactos que as iniciativas eventualmente terão sobre o *status quo*, arriscando a confiança da realeza e dos oficiais e, conseqüentemente a própria estabilidade dinástica do país (COOK, 2016).

Essa inflexão foi, contudo, minuciosamente calculada e executada pelo jovem político. Seguindo o argumento de Cook (2016), há uma certa semelhança entre as motivações e as estratégias adotadas por Gamal Mubarak, filho do ex-presidente egípcio, e bin Salman. Ambos utilizaram de suas condições de herdeiros do poder para modificar a forma como questões nacionais veem-se tradicionalmente tratadas em seus países e arquitetar novas coligações de apoio para seus eventuais governos. A distinção entre eles residiu na capacidade de resistência das elites beneficiadas pelas estruturas previamente erguidas, assim como na capacidade de superação dessas barreiras e implementação de seus planos de maneira eficaz. Enquanto no Egito a questão sucessória mostrou-se extremamente conturbada e os militares foram capazes de desarticular a oposição islamista e frustrar os planos de ascensão de Gamal Mubarak, a Arábia Saudita passa por processo relativamente tranquilo, e as elites que tendem a ser prejudicadas com os novos planos não dispõem da força bruta para evitar a coroação de bin Salman (COOK, 2016).

Sob o ponto de vista institucional, o príncipe caminha para a construção de uma nova ordem política no país, soterrando o esquema pluripessoal de coalizões e erguendo sobre ele um esquema centralizado na realeza. Sinalizando não só aos 15 mil príncipes da família real, mas também aos seus potenciais opositores, deu início às operações de um novo Comitê



Anticorrupção, que perseguiu e deteve (seletivamente) importantes personalidades nacionais, conduzindo um verdadeiro expurgo de proporções inéditas no país. Esse esforço foi direcionado prioritariamente a três grupos influentes: primeiro, aos príncipes e demais membros da família, com a detenção de seu meio-irmão Turki Bin Salman e de seu primo Mutaib bin Abdullah; segundo, aos tecnocratas e burocratas do governo, como Adel Fakieh, ex-Ministro da Economia e do Planejamento, e Abdel Aziz al-Assaf, ex-Ministro das Finanças; terceiro, aos empresários e executivos, como Saleh Kamel, CEO da *ART Network* e Bakr Binladin, *Chairman* do *Saudi Binladin Group* (GHAFAR, 2017).

Sob o ponto de vista das fundações religiosas, bin Salman parece compreender a ruptura indicada pela Primavera Árabe entre o Wahhabismo e o Espírito Renovador, não poupando esforços no enfrentamento das lideranças clericais e na implementação de um “Islã moderado”. Isto é, de modo muito similar ao afastamento do modelo político dos tecnoburocratas, o príncipe realiza também um distanciamento das bases de apoio islâmicas ortodoxas, dissolvendo – com cautela – o pacto de elites em funcionamento desde a fundação nacional, mormente em função da neutralidade adotada por líderes religiosos diante da postura agressiva do Estado saudita em sua política externa. Desse modo, o governo nacional empreendeu esforços para limitar os poderes da *Mutaween* - a chamada “polícia religiosa” do islã –, diversificar as formas de entretenimento e ampliar os direitos das mulheres no campo civil. Essas iniciativas, embora compreendidas no amplo espectro reformista, podem ter consequências particularmente negativas para os governantes, ao incitar a oposição dos sacerdotes mais radicais e da população mais conservadora do país (GHAFAR, 2017).

Desse modo, entende-se que o Estado saudita, antecipando problemas futuros, encontra-se em meio a um amplo e arriscado processo de transição, cujos impactos serão sentidos apenas no longo prazo. A estrutura básica de “habilidade operacional”, envolvendo o Estado rentista e as suas articulações políticas em vários níveis, vê-se deliberadamente suplantada, pondo em risco a estabilidade do governo, que deverá buscar outras fontes de autenticidade. Isso pode significar, portanto, “cada vez mais consultas públicas e envolvimento popular [...], ou, em contraposição, uma intensificação do modelo autoritário de governo [...]” (KINNIMONT, 2017, p.2). Os rumos assumidos a partir desse momento serão, em grande parte, definidores do sucesso do empreendimento modernizador, pois embora o príncipe herdeiro certamente disponha de capacidade e carisma suficiente para mobilizar simpatizantes domesticamente, pode cair na armadilha do personalismo de sua figura singular (KINNIMONT, 2017).

Por ora, parece predominar a primeira alternativa, com o estabelecimento de um novo pilar de sustentação para o regime monárquico, adotando os jovens como principais constituintes e apoiadores do sucessor ao trono. Em termos estatísticos, conforme prevê o Fundo Monetário Internacional, tem-se uma população em que praticamente metade dos habitantes encontra-se na faixa de 25 anos ou menos, e o desemprego de jovens-adultos está estimado a atingir a taxa de 42% em 2030. O príncipe bin Salman compreende que a revisão do conservadorismo social e a solução do desemprego massivo são elementos essenciais para a definição dos rumos do projeto reformista, tendo em vista que essas faixas da sociedade serão, futuramente, as responsáveis pela participação na sociedade e pela formação de opinião. Compreende ainda que a corrupção, em particular, tem nos jovens cidadãos posição de destaque, e os expurgos recentemente levados a cabo tem ressoado positivamente na opinião pública (ainda que muitos reconheçam que represente apenas o começo de um longo caminho a ser trilhado, e que tenha sido conduzido de maneira arbitrária e seletiva) (GHAFAR, 2017).

Esse argumento parece ser corroborado por Cook (2017), que, ao efetuar pesquisa de campo em território saudita, coletou dados relativos à opinião pública da população. Conforme apontou a maior parte dos entrevistados, os jovens do país encontravam-se crescentemente insatisfeitos com o ambiente político nacional, mostrando-se indispostos com as restrições sociais pelas quais o país é mundialmente conhecido, e cada vez mais afeitos à aproximação com os valores e as culturas ocidentais- sendo inclusive afirmado que a Arábia Saudita não merece o rótulo de último país a autorizar mulheres a dirigir com liberdade. Ainda que amplamente favoráveis às reformas, não deixavam de questionar a viabilidade dessas serem conduzidas somente com base na imagem do príncipe-herdeiro, afirmando que “ele mantém-se no comando de tudo, e uma única pessoa não pode desempenhar tantos papéis”. Em particular, os cidadãos consultados mostravam-se reticentes quanto à política externa adotada pelo novo estadista, questionando a pertinência da utilização de uma postura agressiva face ao Irã e ao Catar e do enfrentamento militar no Iêmen (COOK, 2017).

O plano cunhado *Saudi Vision 2030* é a síntese formal dessa renovação: em linhas gerais, busca transformar a Arábia Saudita em um Estado “neoliberal” baseando-se em três pilares centrais. O primeiro pilar é chamado “Nação Ambiciosa” e corresponde às questões ligadas à governança do reino, como o incentivo à participação popular, a diminuição do aparato administrativo e ministerial e o aumento da transparência e combate à corrupção. O segundo pilar é chamado “Economia Próspera” e corresponde às medidas econômicas voltadas para o incentivo aos pequenos e médios empreendimentos e para a privatização na prestação de

serviços como saúde e educação - atualmente providos pelo Estado. O terceiro e último pilar é chamado “Sociedade Vibrante” e corresponde às questões sociais, especialmente no que diz respeito à valorização da identidade nacional e da cultura saudita (SAUDI ARABIA, 2016).

Esse processo de transformação passa, invariavelmente, por uma drástica redução da participação do petróleo no PIB nacional - de 84% para 50%, conforme o planejamento - permitindo que o Estado sobreviva a eventuais quedas no seu valor global de até US\$30 o barril. Para isso, seria necessária uma alteração nas políticas regulatórias e tributárias, atraindo maiores fluxos de investimento externo direto e de capitais para o mercado de ações saudita. Mais especificamente, o plano envolve um amplo esforço de privatização de diversos setores da economia - inclusive do setor extrativista, através da venda de parcelas da Saudi Aramco - para a criação do maior fundo soberano do mundo, em torno de US\$ 3 trilhões. O fundo soberano não competiria com o setor privado, “mas ajudaria a destravar setores estratégicos com necessidade de capital [...] contribuindo com a formação de novos setores econômicos e o estabelecimento de corporações nacionais duráveis”, com o fim último de diversificar empreendimentos nacionais e internacionais (SAUDI ARABIA, 2016, pag. 42).

Seguindo essas diretrizes gerais estabelecidas, ocorreu o lançamento do *National Transformation Program 2020* (NTP) com planejamento político e econômico de menor prazo. Em poucas palavras, o NTP prevê a identificação de objetivos estratégicos, a acomodação entre ambições e requerimentos práticos/financeiros, e o desenvolvimento de políticas públicas viáveis - além de um posterior mecanismo de consulta e avaliação das medidas. Esse planejamento ocorreria através de uma ação governamental flexível e coordenada, entre os diversos ministérios e entidades governamentais do país (SAUDI ARABIA, 2016). Ademais, com base nas determinações do NTP, o Conselho da Autoridade de Desenvolvimento Econômico aprovou uma série de medidas imediatas a serem adotadas pelos ministérios nacionais. As centenas de iniciativas pontuais, estendidas do Ministério da Economia e Planejamento ao Ministério da Educação, buscam representar os primeiros passos dessa redefinição socioeconômica (SAUDI ARABIA, 2016).

Embora sinalizem para um otimismo exacerbado por parte do governo, algumas finalidades-chave de ambos os planos ilustram com precisão o que se busca para o país nos próximos anos. De modo geral, buscar-se-á modificar a posição relativa da Arábia Saudita na economia mundial, transitando do status de 19ª para 15ª maior economia do mundo. Além disso, vislumbra-se a possibilidade de incrementar a contribuição do setor privado, de 40% para 65%

do produto interno, bem como a de expandir a participação dos investimentos externos de 3.8% para 5.7% do PIB, tendo como áreas estratégicas e prioritárias (dentre outras) a agricultura, a engenharia, a mineração, o transporte, o turismo, os materiais de construção, os equipamentos de indústria e os equipamentos militares. Por fim, quanto ao petróleo de modo específico, estima-se a possibilidade de serem expandidas as receitas governamentais não advindas de hidrocarbonetos de SAR 163 bilhões para SAR 1 trilhão e de serem expandidas as exportações não relacionadas a hidrocarbonetos de 16% para 50% do total das vendas internacionais (KINNINMONT, 2017).

A reforma mais promissora aparenta ser a do mercado de trabalho, no qual tem se realizado uma espécie de “sauditização” generalizada, incluindo-se aí um significativo incremento da quantidade de mulheres nacionais empregadas. Esse rebalanceamento do mercado de trabalho faz-se necessário pela extrema disparidade em termos de mão de obra empregada, havendo uma segmentação entre os empregados do setor público – nacionais sauditas, mais bem remunerados – e os empregados do setor privado – estrangeiros residentes, de menor qualificação e menor remuneração. Atualmente, há uma taxa de dois para um no número de empregados do setor público para o setor privado, com aproximadamente 3.2 milhões de sauditas trabalhando como funcionários do governo ou efetivos das forças armadas e aproximadamente 1.7 milhões de pessoas trabalhando em empresas. As mudanças nesse sentido serão custosas e pressuporão, ainda, alguns choques de interesses, pois a desvinculação do setor público como grande empregador disponibilizará um maior contingente de trabalhadores para os contratantes privados, invariavelmente incrementando suas margens de manobra na admissão de trabalhadores, forçando os expedientes para cima e os salários para baixo (KINNINMONT, 2017).

Embora o presente trabalho argumente que as iniciativas emanam de necessidades estruturais do país, um contratempo às reformas foi anunciado por força de fatores conjunturais em abril de 2017, quando o Rei Salman abandonou pontualmente as medidas de austeridade, revogando as determinações anteriores que suspendiam ou cancelavam os pagamentos de subsídios aos cidadãos. Ambos Rei e príncipe-herdeiro não perderam de vista a necessidade de tornar o país menos dependente das receitas de exportação de petróleo, mas buscaram abafar a opinião pública em momento de preocupações com os índices macroeconômicos do país, tendo em vista que os rápidos cortes nas despesas governamentais poderiam comprometer a capacidade de consumo e investimento das famílias e minar o crescimento econômico. Em meio ao acordo da OPEP em serem reduzidas as cotas de produção de petróleo e à conseqüente

elevação dos preços da *commodity*, o governo saudita viu-se menos pressionado pelas circunstâncias e reduziu a marcha da renovação – algo relativamente comum dada a predisposição do governo em assumir uma postura fiscal pró-cíclica em momentos de abundância financeira e disponibilidade de recursos – determinando a retomada das transferências de renda aos trabalhadores (KINNINMONT, 2017).

De qualquer forma, conclui-se que bin Salman foi capaz de habilmente compreender os meandros da sociedade saudita, atacando suas principais frentes problemáticas de modo incisivo e reinventando as realidades política e econômica do país. Como aponta Cook (2017), “esses eventos são dramáticos e tem grande potencial desestabilizador, mas os sauditas mostram-se muito mais otimistas do que os observadores estrangeiros com relação ao futuro nacional”. O sucesso dessas medidas dependerá, em grande parte, da capacidade do príncipe-herdeiro em efetivamente ater-se à perspectiva de que as reformas nacionais são maiores do que a sua imagem, construindo uma nova base de estabilidade que substitua a “habilidade operacional” pela participação popular. O novo estadista e seus mirabolantes *Saudi Vision 2030* e *National Transformation Program 2020* são bem-vistos pela maior parte dos sauditas, sendo particularmente enaltecidos pelos jovens-adultos contrários ao *establishment* político, à patronagem econômica e ao conservadorismo social (COOK, 2017).

## 4 OS DESDOBRAMENTOS SOBRE A POLÍTICA EXTERNA

A inflexão aqui apresentada implica não só em transformações domésticas, mas também na reinterpretação da política externa. O Estado saudita percebe a oportunidade de realizar uma guinada diplomática que, embora não rompa com bases estruturais de vinculação internacional, certamente atinge o limite da flexibilidade de alguns pontos sensíveis ao país. Aqui divide-se, de modo arbitrário, a ação internacional do país em dois períodos centrados na figura de bin Salman, sendo o político a figura central também dessa mudança no campo exterior.

### 4.1 A Política Externa pré- Mohammad bin Salman

A Arábia Saudita apresenta, no campo externo, estratégias e ações bastante peculiares, frutos de sua constante busca por proeminência política, econômica, militar e ideológica no mundo árabe, elemento primordial para o equilíbrio da região médio-oriental. As suas características nacionais intrínsecas servem como definidoras da sua atuação internacional, merecendo destaque dois eixos principais: no plano regional, a formação de uma arquitetura de segurança com as demais petromonarquias do golfo visando à contenção dos processos de fortalecimento hegemônico por Irã e Turquia (e seus respectivos *proxies*); e no plano global, a constituição de uma parceria estratégica – no sentido amplo do termo – entre Washington e Riade, utilizando-se tanto de mecanismos políticos quanto de instrumentos econômicos para que ambos interesses encontrem-se alinhados e em condição de interdependência. Vale pontuar-se, portanto, como a ascensão de Mohammed bin Salman e a realização de suas reformas podem afetar a estratégia internacional do país, que parece direcionar-se cada vez mais ao unilateralismo, à assertividade e ao intervencionismo.

No tocante à política externa regional do país, vê-se necessário pontuar os imperativos estratégicos que servem como linha-guia para a formulação dos objetivos nacionais. No caso da Arábia Saudita, os interesses burocráticos e a opinião pública constituem parca fonte de influência sobre a ação internacional do país; é o contexto externo – as oportunidades, pressões e demandas do sistema regional – que orientam as suas decisões nesse âmbito. A chamada “síndrome do cerco” (a percepção de hostilidade em suas fronteiras físicas e ideológicas) determina uma espécie de isolamento, estando o país, por conta de sua “necessidade de manter

suas defesas fortes para garantir o território conquistado” e de seu “sentimento de autoconfiança cultural”, inclinado ao endurecimento de sua postura. Esse elemento é complementado pelo intrínseco conservadorismo saudita, algo que se traduz em um padrão de manutenção do equilíbrio de poder na região por meio de suas alianças com países de menor poder relativo, sempre se contrapondo aos polos emergentes que desafiam a estabilidade do concerto organizado (SPOHR, 2013, p.43).

Formou-se como consequência, uma política externa de estrutura militarista e defensiva, adotando-se uma postura eminentemente reacionária face às diversas ameaças à estabilidade do ambiente regional. As forças armadas e os sistemas de defesa nacionais estão no centro das preocupações da monarquia, tendo sido estruturadas com forte apoio externo – sobretudo com auxílio estadunidense – e estando voltadas à proteção das fronteiras e à salvaguarda do petróleo. Como finalidade central, tem-se justamente a consolidação de uma capacidade de dissuasão pelo país, formando-se um imenso arsenal convencional como forma de conter as ambições estratégicas do Irã sobre a península. Conforme relatório do *Stockholm International Peace Research Institute* (2018), a Arábia Saudita figura como terceiro maior investidor em defesa no mundo, tendo despendido aproximadamente US\$ 69 bilhões no ano de 2017 (SIPRI, 2018). Não obstante, o baixo contingente populacional do país torna as suas forças militares pouco expressivas em termos numéricos e cria uma dependência de mecanismos de segurança tecnológicos – algo determinante para a sua aversão a intervenções terrestres e a sua preferência por bombardeios (SPOHR, 2013, p.40)

Nesse sentido, a principal área de influência do país é o seu entorno imediato e os países que o formam, sendo símbolo prático o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), fundado em 1981. O CCG é uma organização regional que compreende as 6 petromonarquias do golfo - Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Emirados Árabes Unidos, Kuwait e Omã - e que busca institucionalizar a cooperação nas dimensões econômica, política e securitária entre esses países. Não obstante, essa iniciativa apresenta uma clara inclinação para projetos de segurança regional, da qual deriva a sua importância para a estratégia estadunidense na região. Indicativo desse aspecto é a *Peninsula Shield Force*, o braço militar da organização, utilizado para a defesa coletiva - especialmente em casos de repressão de sublevações domésticas nos Estados-membros<sup>3</sup> (LEGRENZI, 2002). A Arábia Saudita preserva posição de destaque na organização,

---

<sup>3</sup> A *Peninsula Shield Force* foi utilizada para a supressão dos protestos no Bahrein, durante a Primavera Árabe em 2011.

influenciando (e, por que não, determinando) o processo de tomada de decisão, mantendo pulso firme na concertação diplomática com seus aliados locais.

De forma mais ampla, Riade esforçou-se na construção de uma imagem de liderança do mundo islâmico, utilizando-se do petróleo como instrumento precípuo e atuando por meio de diversos mecanismos regionais de coordenação. A articulação entre a Arábia Saudita e as demais petromonarquias no âmbito da OPEP tem permitido, desde a Guerra do Yom Kippur, a utilização do recurso energético não só como instrumento de barganha no mercado internacional, mas também como conectivo das economias locais (SPOHR, 2013). Componentes importantes dessa estratégia de alcance são algumas organizações internacionais da região, por garantirem aos sauditas constante contato diplomático para propalar suas ações: a Liga Árabe, fundada em 1946 e dedicada à aproximação política no sentido da proteção das soberanias nacionais; o Banco Islâmico de Desenvolvimento, fundado em 1973 e voltado ao financiamento de projetos de fortalecimento infraestrutural; e a Organização para Cooperação Islâmica, fundada em 1969 e direcionada à preservação dos locais sagrados do Islã. Em todas essas iniciativas intergovernamentais, o governo saudita ocupa lugar de destaque, sendo líder diplomático na primeira, maior *shareholder* na segunda e sede oficial na terceira.

Ainda assim, não se pode falar em um virtual *imperium* da Arábia Saudita com mandos e desmandos sobre os demais, na medida em que existem determinados pontos de tensão em suas relações bilaterais. Para além de algumas questões historicamente mal resolvidas no âmbito territorial – essencialmente por conta das progressivas descobertas de novas reservas de petróleo – percebe-se um esforço desses países menores em escapar da subserviência aos sauditas, tendo Bahrein, Catar, EAU, Kuwait e Omã buscado meios alternativos de promoção do desenvolvimento. Por um lado, empreendem energia na concertação securitária e diplomática com potências extrarregionais, como os Estados Unidos e o Reino Unido, sem o intermédio saudita, sendo exemplo disso os casos do Bahrein, que abriga a base da 5ª Frota Naval dos EUA, do Catar, que abriga a base de *Al Udeid* para operações da Força Aérea Britânica e dos EAU, que compartilham das preocupações com as hostilidades iranianas na região. Por outro lado, dedicam-se a iniciativas de cooperação entre si, uma tendência que tem se intensificado com a fragmentação informal do CCG em três grupos distintos após a ocorrência da “Crise do Catar” (SPOHR, 2013, p.47).

No centro da diplomacia regional, encontra-se a histórica rivalidade entre Arábia Saudita e Irã, que na defesa de posições divergentes e inconciliáveis, organizaram um “*power-*



*sharing arrangement*” para manutenção do equilíbrio de alianças e alinhamentos. Após um breve momento de *détente* entre sauditas e iranianos durante a década de 1990, houve a revitalização da rivalidade bilateral com a ascensão de Mahmoud Ahmadinejad à presidência em Teerã (2005-2013), forçando-se a polarização da estrutura de poder na região. As aspirações geopolíticas de ambos os países se contrapõem em um espectro amplo, na medida em que vislumbram o Golfo Pérsico e o Estreito de Ormuz, responsáveis pela passagem de 40% do petróleo comercializado mundialmente, como zona de tensão internacional. Opõem-se, portanto, sistemas de segurança na busca pela proeminência militar, tendo a Arábia Saudita fortalecido a sua aeronáutica, com capacidade de bombardeio além das suas fronteiras, e o Irã desenvolvido a sua marinha, com competência para o controle da navegação marítima e das zonas costeiras (NEJAD, 2017).

Embora não seja a matriz real dessa rivalidade, outra face do desacordo ganha destaque na mídia ocidental, qual seja a disputa sectária existente entre as duas vertentes da religião islâmica, o sunismo e o xiismo, propugnadas pelos sauditas e pelos iranianos respectivamente. Em realidade, essa fragmentação corresponde a uma narrativa do conflito que se mostra útil para ambas as partes, pois constitui “elemento essencial de um estratagema de dividir para governar” com os países relativamente mais fracos da região (NEJAD, 2017, p.2), algo cada vez mais enfatizado desde a arquitetura política pós-Saddam Hussein. Por um lado, a Arábia Saudita apoia governos nacionais de orientação sunita que se encontram mais ou menos consolidados e são amplamente majoritários, como Bahrein, Kuwait e EAU; por outro, o Irã dá suporte para grupos políticos (geralmente armados) xiitas que buscam aproveitar-se de situações de fragilidade ou colapso estatal para preencher os vácuos de poder, como o *Hezbollah* e os *Houthis* (NEJAD, 2017).

Outro componente importante da estratégia da Arábia Saudita para balança de poder regional é o contrabalanceamento diante da Turquia, fortalecida desde a ascensão do AKP de Erdogan. Há uma histórica contraposição entre sauditas e turcos, tendo em vista a relação de dominação existente sobre a península arábica durante a existência do Império Turco Otomano, com a tentativa reiterada de controle sobre os locais sagrados islâmicos, como Meca. Com a ocorrência da Primeira Guerra Mundial, as tribos árabes tornaram-se componente essencial das estratégias de combate às forças otomanas, sendo símbolo da cooperação saudita-ocidental a chamada “Correspondência Hussein-MacMahon”, na qual se negociavam os levantes armados locais em troca da formação de um Estado árabe na região. Com a definitiva desagregação do território otomano por Sèvres (1920) e Lausanne (1923), os Estados-nacionais modernos

puderam constituir-se em entidades independentes, dando origem a duas importantes potências antagônicas com um *overlap* de áreas de interesse na Mesopotâmia (Síria, Iraque, Líbano e Jordânia).

Por fim, a situação no Iêmen atrai a atenção de todos os *players* regionais, tendo iniciado em 2015 como um conflito entre facções políticas domésticas e, posteriormente, se ramificado em uma disputa de poder via *proxies* sauditas e iranianos. Os embates iniciaram após a impossibilidade de atingir-se um acordo político entre o governo do Presidente Hadi e os opositores *Houthis* acerca de reformas econômicas e militares no país, tendo se aprofundado com a forçada retirada do governante após tomada da capital Sana'a pelos rebeldes. Além disso, o vácuo de poder criado pelo conflito armado permitiu o fortalecimento da *Al Qaeda* na Península Arábica (AQPA) e de uma pequena vertente do Estado Islâmico (EI). Com a fragmentação política, viu-se a oportunidade de interferência estrangeiro pelas potências regionais: a Arábia Saudita, percebendo o território iemenita como um “quintal estratégico”, buscou preservar a soberania governamental e evitar um flanqueamento político de seu rival; já o Irã prestou suporte ideológico e militar aos rebeldes armados, criando uma zona de pressão a ser eventualmente aproveitada (ALVES e MACHRY, 2016).

A Parceria Arábia Saudita-EUA, conforme apresentado anteriormente, foi construída e consolidada no contexto da Guerra Fria (1945-1991) e representa o principal elemento da política externa saudita no âmbito global. O alinhamento de interesses foi resultado da visão estratégica estadunidense na região, especialmente em função de seu potencial energético no período pós-guerra. O contato diplomático entre o Rei Ibn Saud e o Presidente Franklin Roosevelt denotava, em 1945, uma disposição para cooperação na formação da nova ordem mundial. Em sequência, a recém-formulada Doutrina Truman reafirmou o compromisso mútuo com o refreamento da influência soviética, permitindo o estabelecimento da Missão de Assistência Militar entre sauditas e estadunidenses para formação, treinamento e acompanhamento das forças armadas do país. Ainda nesse contexto, as companhias estadunidenses passaram a se inserir no mercado saudita, realizando projetos de construção de infraestrutura energética e logística para fortalecer a soberania nacional. Assim, buscou-se assegurar o acesso, principalmente pelas economias destruídas da Europa Ocidental e do Japão, às imensas reservas de petróleo da Arábia Saudita - criando-se os dois grandes alicerces para a cooperação (GAUSE III, 2016).

O alicerce político-estratégico foi responsável pela aproximação dos dois países durante a Guerra Fria e deu as bases para uma cooperação ampla e intersetorial. A articulação bilateral tornou-se uma via de mão dupla com o propósito comum de contenção do comunismo - a nível global - e das rivalidades sauditas - a nível regional. Por um lado, operaram conjuntamente em diversas regiões do Terceiro Mundo contra os possíveis avanços soviéticos: no Afeganistão, promovendo o fundamentalismo religioso sunita como base para a *jihad* no país; em Angola, apoiando o partido político e grupo armado UNITA; e na Nicarágua, financiando os chamados “contras” em oposição às guerrilhas sandinistas de orientação marxista. Por outro lado, articularam-se na tentativa de balancear as eventuais hegemonias regionais contrárias à Arábia Saudita, conforme apresentado anteriormente. Primeiro, a cooperação se desenvolveu no sentido de conter as ameaças decorrentes da expansão do nasserismo e da ideologia pan-árabe, dois encargos regionais de relevância histórica para o país. Em seguida, ambos os países cooperaram no contexto da Guerra Irã-Iraque (1980), que representava uma ameaça à segurança saudita e incentivavam-nos a optar por uma estratégia de desgaste de Bagdá e Teerã (BRONSON, 2006)

O fim da Guerra Fria e a desagregação da União Soviética impactaram de forma significativa sobre a parceria Arábia Saudita-Estados Unidos, na medida em que fez desaparecerem muitos dos pontos de convergência entre os dois países. No entanto, foi o 11 de Setembro e o início da Guerra ao Terror que marcaram verdadeiros pontos de inflexão no sentido da deterioração dos alicerces político estratégicos (BRONSON, 2006). Isso porque tornou-se evidente que ambos os países não compartilham das mesmas prioridades no Oriente Médio, e que no centro de suas divergências encontra-se a questão do fundamentalismo islâmico como forma de expressão política (GAUSE III, 2016). De um lado, Washington busca conter a expansão dos grupos Salafistas *jihadistas* como a Al-Qaeda e o EI sobre os escombros das guerras civis no Afeganistão, no Iraque, na Síria e no Iêmen, e faz disso o ponto principal de sua agenda securitária na região. De outro, Arábia Saudita utiliza-se de sua influência sobre os mesmos como instrumento de política internacional, não necessariamente pelo financiamento direto de grupos terroristas em escala global, mas pela de garantia de certa legitimidade às suas retóricas de “guerra santa” contra populações infiéis.

Já quanto ao alicerce econômico - aqui tido como central para a análise das relações bilaterais -, entende-se que há uma reunião de interesses mais sólidos e estáveis, mas que possivelmente (e provavelmente) serão afetados pela política de petróleo saudita dos próximos anos. O ponto central da dimensão econômica tem sua origem nos choques do petróleo da

década de 1970, quando a Arábia Saudita optou por atuar no sentido de impedir com que os demais países árabes utilizassem o recurso como uma arma política contra o Ocidente. Inicialmente, o Rei Faisal mostrou-se disposto a aderir ao boicote decorrente da Guerra do Yom Kippur (1973), coordenando-se com os demais membros da OPEP para realizar o embargo no fornecimento de petróleo que levou aos choques na economia mundial. Em momento posterior, contudo, o monarca passou a atuar com parcimônia, revertendo o bloqueio às exportações e dirimindo as animosidades pré-existentes. Dessa forma e desde então, a atividade saudita passou a servir ao propósito estratégico de controlar os preços da *commodity* no mercado mundial de energia, adequando a sua produção conforme houvesse a necessidade de controlar as eventuais flutuações (GAUSE III, 2016).

Outro aspecto relevante dessa dimensão é a política de *Oil for Security* estabelecida entre os dois países logo após os choques do petróleo. Em 1974, foi assinado o Tratado de Cooperação Americano-Saudita, estabelecendo uma Comissão Conjunta em Cooperação Econômica para articular as iniciativas bilaterais nesse âmbito e formular um plano para superação da crise econômica de forma coordenada. A expectativa era de que o governo estadunidense poderia oferecer assistência em infraestrutura, segurança e inteligência, enquanto os sauditas utilizar-se-iam da quantidade extraordinária de petrodólares recém acumulados como pagamento pelos serviços. Por consequência, formou-se um padrão de relações que aliava a exportação de petróleo e a importação de armamentos, tornando Riade um dos principais destinos da indústria bélica e de conselheiros militares estadunidense. Somente nos últimos cinco anos, a Arábia Saudita foi o principal comprador dos armamentos dos Estados Unidos - adquirindo bilhões de dólares em Helicópteros Black Hawk e mísseis/munições de alto e baixo calibre (U.S.-SAUDI RELATIONS , 2016).

Como último ponto desse alicerce, destaca-se o comércio e o investimento desenvolvido bilateralmente. Em termos de comércio, a Arábia Saudita exporta 14% de seu total de vendas, e importa aproximadamente 11% do seu total de compras dos Estados Unidos. A pauta comercial, evidentemente, gira em torno de hidrocarbonetos e combustíveis, de um lado, e veículos, máquinas, eletrônicos e munições, de outro. Em termos de investimento, há uma relação muito mais sólida baseada na chamada reciclagem de petrodólares: trata-se fenômeno que ocorre nos países exportadores de petróleo, quando há a entrada de um alto volume de recursos, que são posteriormente revertidos em investimentos internacionais e mantidos circulantes na economia global. Esse processo resulta concretamente na distribuição de bilhões

de dólares na economia mundial, especialmente em empreendimentos sauditas - de curto e longo prazo - nos Estados Unidos (OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY, 2014).

## 4.2 A Política Externa pós-Mohammad bin Salman

O cenário atual serve, novamente, como ponto de inflexão para a nação saudita em vários aspectos. Levando isso em consideração, é intuitivo que a política de petróleo adotada por Riade venha a afetar consideravelmente não só a sua postura regional face à Teerã, Ancara e Doha, mas também o seu relacionamento bilateral diante de Washington. Do ponto de vista do Oriente Médio, a ascensão de bin Salman indica um afastamento da "síndrome do cerco" e uma aproximação do intervencionismo ofensivo, como vislumbra-se nas ações tomadas pela monarquia face às recentes crises locais (Catar, Iêmen e Líbano). Já globalmente, as bases sobre as quais Estados Unidos e Arábia Saudita se aproximaram - a despeito das discordâncias ideológicas - serão impactadas por essa nova realidade, possivelmente resultando na manutenção do levemente deteriorado diálogo político, mas na progressiva erosão do alicerce econômico centrado no fornecimento energético.

Com relação à tradicional rivalidade entre sauditas e iranianos, bin Salman exacerbou a narrativa sectária e alimentou a retórica militarista na região. Os países se acusam mutuamente de estarem nutrindo conflitos armados locais, com alegações sauditas de que Teerã estaria financiando milícias xiitas em países árabes e acusações iranianas de que Riade dá suporte a *jiihadistas* sunitas no mundo islâmico. Algumas declarações do príncipe-herdeiro foram além, chegando a afirmar que a Arábia Saudita supera, em muito, as capacidades militares iranianas, que o seu país estaria disposto a desenvolver armamentos nucleares se fossem forçados a tal por ação análoga de seus vizinhos persas, e que "o Presidente iraniano se assemelha à figura de Hitler, por seu projeto expansionista na região". A reação ensejada pelo Chanceler iraniano, Bahran Qassemi, foi afirmar que "[o príncipe] não merece uma resposta, pois é uma pessoa ingênua e alucinada, que manifesta apenas amarguras e mentiras e não entende de política" (HUBBARD, 2018; WINTOUR, 2018).

A política saudita para a contenção da Turquia sofre, igualmente, uma mudança em seu tom, assumindo uma conotação de antagonismo. Nesse sentido, Riade parece enfatizar os riscos do fortalecimento turco para o equilíbrio da região, tendo bin Salman enfatizado que (sic) o

AKP e seu líder, Recep Tayyip Erdoğan, adotam uma postura de hostilidade, com o objetivo de reestabelecerem o Califado Islâmico em detrimento das demais nações. Conforme suas declarações, “Irã, Turquia e os grupos religiosos extremistas conformariam um ‘triângulo do mal contemporâneo’”, sendo ameaças à estabilidade do Oriente Médio. Durante a Primavera Árabe, as relações entre árabes e turcos, foram deterioradas, tendo em vista o apoio de Ancara aos protestos populares na região, bem como o seu suporte ao governo da Irmandade Muçulmana no Egito (deposto com apoio de Abu Dhabi ainda em 2012). Mais recentemente, em conformidade com os temores sauditas, o governo turco aproveitou-se da ruptura diplomática no CCG e posicionou-se em defesa do Catar durante a crise de 2017, tendo, em defesa de sua soberania e segurança, rompido com o embargo comercial e mobilizado tropas ao país (EVANS, 2018).

A postura da Arábia Saudita face ao Catar é reflexo dessa nova orientação, tendo bin Salman iniciado uma verdadeira queda de braço, por meio de pressões políticas e econômicas, contra o pequeno país vizinho. Essa estratégia encontra-se embasada no suposto alinhamento de interesses entre Teerã, Ancara e Doha, sendo esses países acusados de articularem-se contra o CCG e de apoiarem grupos extremistas islâmicos. O príncipe-herdeiro organizou, com o aval de Washington, uma coalizão de quatro países (o “Quarteto anti-Catar”, formado por Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Bahrein e Egito) com a finalidade de impor uma lista de 13 demandas práticas sobre o emirado, dentre as quais encontravam-se: a atenuação dos laços diplomáticos com o Irã, o término da cooperação militar com a Turquia, a cessação de qualquer tipo de contato com representantes da Irmandade Muçulmana, da *Al Qaeda*, do Estado Islâmico e do *Hezbollah* e, por fim, o encerramento das atividades do jornal *Al Jazeera* e de suas afiliações (HASSAN, 2018).

Diante da situação no Iêmen, a posição foi ainda mais dura, havendo ampla participação de Riade na campanha militar que levou à escalada de violência na guerra civil. A postura agressiva adotada logo no início do conflito desdobrou-se na articulação saudita em prol da formação de uma coalizão de países (formada por Bahrein, Catar, EAU, Egito, Jordânia, Kuwait, Marrocos, Senegal e Sudão) que empreenderam a *Operation Decisive Storm*, em março de 2015, e a *Operation Restoring Hope*, em 2016. (ALVES; MACHRY, 2016). A coalizão, contudo, tem realizado bombardeios sistemáticos dispondo de pouca ou nenhuma preocupação com potenciais efeitos colaterais sobre as populações civis, contabilizando mais de cinco mil civis mortos até o momento. Conforme apontam organizações de direitos humanos, o príncipe-herdeiro, sob o signo da contenção do Irã, foi responsável pelo incremento significativo das

hostilidades no país, tendo “exacerbado o desastre humanitário em curso, por meio da implementação de um bloqueio terrestre, aéreo e naval que impede o envio de suprimentos de alimentação, saúde e cuidados básicos”, não dando sinais de retração em sua interferência na guerra civil (BORGER, 2015).

Enfim, o Líbano figura como a mais nova aposta estratégica dos sauditas em sua agenda de política externa, reunindo também uma fragmentação sectária passível de ser utilizada na oposição entre Riade e Teerã. Essa histórica disputa entre potências regionais traduz-se quase integralmente para a política interna em Beirute, havendo uma clara divisão entre grupos políticos sunitas e xiitas em âmbito nacional. A postura assertiva adotada por bin Salman resultou no acirramento das tensões domésticas e regionais: o então Primeiro Ministro libanês Saad Hariri, durante viagem à capital saudita, foi supostamente coagido a renunciar do cargo, sob alegações de que o governo iraniano e o *Hezbollah* estariam articulando planos para um assassinato político. Se consumada, a abdicação do estadista abriria espaço para uma radicalização desestabilizadora, o que serviria de justificativa para uma intervenção estrangeira no país. Em pouco tempo, desenvolveu-se uma crise diplomática trilateral, na qual Arábia Saudita e Irã acusavam-se mutuamente de estar influenciado a política interna libanesa e de outros países da região, tensão somente amenizada após o retorno do governante libanês e a anulação de sua renúncia.

Em todos esses casos, o que se percebe mais claramente é, como refluxo de sua agressividade, a tendência de isolamento da Arábia Saudita em um espaço de influência cada vez menor na comunidade internacional – sobretudo na esfera da sociedade civil –. A situação tem servido, ainda, como símbolo da intransigência demonstrada pelo Estado saudita, constantemente retratado como a liderança de um grupo de grandes países pressionando pequenas nações, permitindo que, ao redor do globo, países simpatizem com Doha, Sana’a e Beirute. Conforme dispõe Hassan (2018):

O expurgo interno promovido por Mohammed bin Salman afetou negativamente a percepção internacional das políticas reformadoras sauditas. Essa dinâmica é crucial para o presente realinhamento geopolítico e social decorrente do (sic) conflito com o Catar. Ainda que os governos do “Quarteto anti-Catar” tendam a retratar o Irã e seus *proxies* como as maiores ameaças, os Árabes de todo o Oriente Médio passam a perceber o próprio grupo dos quatro países como responsáveis por uma conspiração autocrática que se opõe consistentemente a mudanças. A ideia de que o Catar estaria vencendo essa “guerra” de relações públicas tem mostrado que Doha vem utilizando bem as suas cartas (HASSAN, 2018, p.3-4).

No tocante à relação com os Estados Unidos, o príncipe herdeiro foi bastante eficaz em sua estratégia de manutenção do alicerce político-estratégico da parceria bilateral. A Administração Trump, nesse sentido, optou por um “apoio cego aos sauditas, amparando as suas políticas doméstica e externa, e pressupondo que essas ações estariam em conformidade aos interesses estadunidenses”. Diante das incertezas, Washington acaba por assumir importantes riscos de longo-prazo ao apoiar um príncipe-herdeiro que potencialmente governará o país pelos próximos 50 anos, abandonando a política de equilíbrio, equidistância e apaziguamento no Oriente Médio. Nesse sentido, houve uma ampla reversão das apostas da Administração Obama, algo sinalizado com a retirada do país do recém-concluído Acordo Nuclear com o Irã (JCPOA) e com a visita-relâmpago (a primeira visita oficial do novo presidente) à capital da Arábia Saudita. De modo complementar, tem publicamente apoiado as reformas modernizadoras nacionais, o bloqueio diplomático e comercial ao Catar e a intervenção militar contra os rebeldes xiitas no Iêmen. (MILLER; SOKOLSKY, 2017).

Em contraste, a erosão do alicerce econômico parece mais próxima da realidade, tendo embasamento em aspectos já apresentados no presente trabalho, como a exaustão das reservas sauditas no médio e longo prazo. Do lado saudita, a política de produção intensiva utilizada para prejudicar a concorrência pode, em algum tempo, alterar a posição da Arábia Saudita enquanto *swing-producer* no mercado de petróleo. Consequentemente, seria afetada a sua capacidade de operar no controle dos preços, e evitar os efeitos negativos dos eventuais choques do petróleo para o Ocidente. Já do lado estadunidense, há uma crescente preocupação pela busca de fontes não-convencionais - como o folhelho dos EUA e as areias betuminosas do Canadá - para fazer frente à essa vertiginosa queda dos preços e das fontes tradicionais da *commodity*. Isso dissiparia a dependência estadunidense e europeia face ao petróleo oferecido pela região, deixando de ser a estabilidade das petromonarquias uma preocupação latente (LEÃES, 2015).

Ainda nessa questão, há as reformas nacionais que buscarão transformar a economia saudita e que, necessariamente, passarão pela diversificação da base industrial e de manufaturas - afetando o comércio bilateral de armamentos. Atualmente, conforme apontado acima, a Arábia Saudita é o 3º país com mais despesas no âmbito das forças armadas, mas importa 98% de todas as suas necessidades militares – uma taxa absolutamente preocupante para um país que tem a “síndrome do cerco”, o conservadorismo defensivo e a dissuasão como mantras de política externa. Não obstante, o planejamento oficial aponta para a tentativa de estabelecer-se uma companhia *holding* integralmente controlada pelo Estado com o objetivo ambicioso de produzir internamente 50% de todos os aparelhos e equipamentos necessários, inclusive



aeronaves sofisticadas. Isso significa que companhias como *BAE Systems Plc.*, *Boeing Co.*, *Lockheed Martin Corp* e *Raytheon Co.* - multinacionais ocidentais que dominam o mercado - serão possivelmente afetadas em um futuro próximo (REED, 2016; CAREY; FATTAH, 2016).

Por fim, é evidente que a redução da participação do petróleo na economia saudita poderá apresentar efeitos sobre as relações de comércio e investimento com os EUA, ainda que isso mostre-se menos provável pela influência de variáveis econômicas diversas. Diretamente, as alterações podem incidir sobre o comércio do recurso, reduzindo significativamente as taxas de importação e exportação bilateral em função da alteração nas tendências de contratos internacionais: companhias petrolíferas estadunidenses podem perder espaço para empresas como *Lukoil* (russa), *Sinopec* (chinesa) e *Total* (francesa). Indiretamente, a criação do fundo soberano saudita pode significar uma mudança nos rumos das receitas de petróleo (e dos Petrodólares), não mais convertidas em investimentos estrangeiros, mas contidas e utilizadas no desenvolvimento nacional.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Arábia Saudita, portanto, apresenta características peculiares que impactam sobre a sua inserção no sistema internacional. Conforme apresentado, existem fatores basilares - a monarquia hereditária, a abundância de petróleo e a aliança com os países ocidentais - que confluem para a sustentação do país, e permitem a execução de uma política externa relativamente previsível. Não obstante, os *policymakers* de Riade perceberam, a partir do momento crítico desenhado em 2014, que ocorreria uma alteração sistêmica na política internacional de energia. O contexto apontando para um mundo cada vez mais democrático, sustentável e globalizado (política e economicamente) demonstrava – até o refluxo dos nacionalismos de Trump, Johnson e Le Pen - que são necessários ajustes para garantir a sobrevivência do reino saudita. A hipótese, então, parece ser corroborada pelo desenvolvimento do estudo, pois verificou-se (e continua a verificar-se) o “duplo efeito” apresentado inicialmente: a política de produção intensiva de petróleo foi componente essencial da transição do modelo de governança, e o Estado saudita passa por uma verdadeira “revolução” conduzida de cima para baixo.

Conforme visto, o país apresenta, em sua estrutura, uma complexidade desnorteadora. O retrato propagado pela sociedade civil ocidental tende a simplificar o Estado saudita como uma entidade unidimensional, em que o Rei dispõe de poderes absolutos e, por razões de ordem cultural e religiosa (a dita “legitimidade cultural”), consegue com facilidade submeter a sua população a condições moralmente degradantes. Essa perspectiva não poderia estar mais equivocada, na medida em que o Estado em questão carrega consigo uma organização institucional minuciosamente construída, com mecanismos interdependentes que garantem a sua subsistência. O grande problema enfrentado é a rigidez dessa configuração, que permite pouca ou nenhuma flexibilidade na interação dos seus componentes e demanda não a reposição de uma única peça, mas a criação de um novo quadro institucional que possa substituí-lo. Isso indica praticamente uma refundação do Estado saudita sob novos moldes (nova base social, nova matriz econômica e novos alinhamentos internacionais), com o obstáculo de ter que se desempenhar tal tarefa “com o carro em movimento”.

O prestígio atingido por Mohamad Bin Salman (conhecido como MBS, referente que por si só já sinaliza uma orientação “modernizante” e “publicitária” nos moldes ocidentais), que encabeça o processo de transformação, tem garantido a conquista de alguns resultados

concretos. O imobilismo do Rei Salman, debilitado pela sua idade e saúde, e o desaparecimento do *establishment* opositor, afastado pelos expurgos e prisões promovidas nos últimos meses, asseguraram a margem de manobra necessária para esse processo. De modo amplo, certas mudanças simbólicas têm afetado a forma como as nações ocidentais enxergam o país – convencionalmente vislumbrado como um Estado-pária na comunidade internacional –, como observou-se nos casos da permissão de direção concedida às mulheres e na reabertura dos cinemas locais. Mais profundamente, o próprio FMI tem elogiado os esforços sauditas de reorganização fiscal, com cortes nos subsídios e introdução de tarifas que podem sanar o déficit do país em pouco tempo.

Essas conquistas parecem, no entanto, estar sendo progressivamente postas em xeque pela já exposta guinada autoritária no país, e o que era vislumbrado como processo de modernização progressista e liberalizante passa a ser visto como um mero gambito político com a finalidade de mascarar o enrijecimento do regime. Alguns dos principais veículos de mídia no Brasil noticiam o “escrutínio global” enfrentado pelo país nos últimos meses de 2018, após o assassinato do jornalista saudita crítico ao governo, Jamal Khashoggi, quando da sua visita ao consulado do país em Istambul. Embora inicialmente as acusações de envolvimento de oficiais tiveram sua legitimidade questionada, logo a companhia estatal de televisão confirmou que o ocorrido deu-se, de fato, dentro do consulado. Como resultado, uma onda de pressões internacionais foi formada sobre o país, tendo impactado sobre a credibilidade e o prestígio da nação, que até então caminhavam a passos largos no sentido da construção de uma imagem positiva.

Vale lembrar, nesse sentido, que o planejamento reformista tinha como elemento essencial, além da renovação das engrenagens políticas nos bastidores, a construção de uma nova imagem nacional para o grande público. Por isso mostra-se tão importante o recente acontecimento ligado ao evento de negócios Future Investments Initiative (FII), conhecido como “Davos no deserto” e promovido em Riade anualmente na tentativa de aprimorar o retrato do país no exterior. O encontro é organizado como parte do próprio *Saudi Vision 2030*, e busca, por meio do fundo soberano, criar um canal de contato entre o país e multinacionais consolidadas (ou mesmo *startups*, em alguns casos) e impulsionar a diversificação da economia. Tendo em vista os recentes acontecimentos envolvendo os sauditas (desde os expurgos políticos, passando pela guerra iemenita e até o suposto assassinato), houve o anúncio de que CEOs de grandes corporações, com destaque para o iraniano-americano Dara Khosrowshani da Uber, iriam abster-se da participação como forma de protesto.

A recente visita de Mike Pompeo à Arábia Saudita reforça a tensão existente na estrutura de alianças do país. Com a ascensão de Donald Trump à presidência e a recente escalada dos Estados Unidos à condição de maior produtor mundial de petróleo, pode-se especular sobre a ponderação de Washington quanto aos benefícios de um afastamento diplomático. Por um lado, embora os EUA tenham demonstrado disposição em trabalhar com autocracias violentas em diversos momentos da história, parecem temer a cooperação com uma autocracia imprevisível como a monarquia saudita administrada por bin Salman – sopesando, nesse sentido, os custos de credibilidade decorrentes do comportamento impulsivo do príncipe. Por outro lado, a própria Arábia Saudita pode optar por trilhar um caminho independente, buscando suporte junto à Rússia na seara político-militar (vide a reconfiguração geopolítica e de alianças desenhada no Oriente Médio) e à China na seara econômico-comercial (vide a possível integração do país na *Belt and Road Initiative* e a disposição em comercializar utilizando-se de *yuan*s)

Por tratar-se de uma análise bastante direcionada, que foi planejada e executada em concomitância com o desenrolar dos eventos, o presente trabalho abre novas lacunas de pesquisa a serem preenchidas posteriormente. Em 28 de setembro de 2016, por exemplo, os 14 países membros da OPEP reuniram-se na cidade de Argel e fecharam um acordo para reduzir a produção e elevar os preços do petróleo em aproximadamente 5%. Mesmo assim, seguem as tendências estruturais, e esse movimento não demonstra mais do que um desvio conjuntural nesse sentido: do lado da oferta, a redução planejada pelos países exportadores representa tão somente 1% do total produzido globalmente; do lado da demanda, os Estados Unidos permanecem investindo em fontes alternativas para reduzir a sua dependência frente ao fornecimento da organização. Cabem novas análises, portanto, que discorram sobre as respostas individuais e coletivas dos países árabes e das parcerias extrarregionais sauditas às mudanças em curso, de modo a complementar o estudo e garantir uma perspectiva holística dos fatos.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Joao Paulo; MACHRY, Patricia. O conflito no Iêmen (2015-presente): características domésticas, regionais e internacionais de uma guerra desconhecida. **Boletim de Conjuntura NERINT**, Porto Alegre, n. 3, p. 33-43, 2016.
- BACEVICH, Andrew J. The Carter Doctrine at 30. **World Affairs Journal**, Washington D.C., 2010
- BAER, Robert. The Fall of the House of Saud. **The Atlantic**, Boston, 2003. Disponível em: <<https://www.theatlantic.com/magazine/archive/2003/05/the-fall-of-the-house-of-saud/304215/>>. Acesso em: 14 set. 2018.
- BARRETT, Roby. **Saudi Arabia: Modernity, Stability, and the Twenty-First Century Monarchy**. Tampa: JSOU Press, 2015.
- BORGER, Julian. Saudi-led naval blockade leaves 20m Yemenis facing humanitarian disaster. **The Guardian**, [S.l.], 2015. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2015/jun/05/saudi-led-naval-blockade-worsens-yemen-humanitarian-disaster>>. Acesso em: 8 nov. 2018.
- BRONSON, Rachel. **Thicker than Oil: America's uneasy partnership with Saudi Arabia**. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- BRUMBERG, Daniel. Sustaining mechanics of Arab autocracies. **Foreign Policy**, Georgetown, 2011. Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2011/12/19/sustaining-mechanics-of-arab-autocracies/>>. Acesso em: 28 out. 2018.
- BRZEZINSKI, Zbigniew. **The Grand Chessboard**. 2. ed. Boulder: Basic Books, 2016.
- CAREY, Glen; FATTAH, Zainab. Saudi Arabia to Overhaul Military in Plan for Life After Oil. **Bloomberg**, [S.l.], 2016. Disponível em: <<http://www.bloomberg.com/news/articles/2016-04-25/saudi-prince-seeks-to-bolster-military-industry-to-meet-demand>>. Acesso em: 15 set. 2018.
- COOK, Steven. Saudis Are Hoping Mohammed bin Salman Will Drain the Swamp. **Foreign Policy**. Washington, D.C., 2017. Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2017/11/21/saudis-are-hoping-mohammed-bin-salman-will-drain-the-swamp/>>. Acesso em: 29 out. 2018.
- COOK, Steven. Saudi Arabia's Gamal Mubarak. **Council on Foreign Relations**, Washington D.C., 2016. Disponível em: <<https://www.cfr.org/blog/saudi-arabias-gamal-mubarak>>. Acesso em: 29 out. 2018.
- EVANS, Dominic. Saudi prince says Turkey part of 'triangle of evil'. **Reuters**, Cairo, 2018. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-saudi-turkey/saudi-prince-says-turkey-part-of-triangle-of-evil-egyptian-media-idUSKCN1GJ1WW>>. Acesso em: 29 out. 2018.

FRIEND, Theodore. The Arab Uprisings of 2011: Ibn Khaldûn Encounters Civil Society. **Foreign Policy Research Institute**. [S.l.], 2011 Disponível em: <<https://www.fpri.org/article/2011/07/the-arab-uprisings-of-2011-ibn-khaldun-encounters-civil-society/>>. Acesso em: 29 out. 2018.

GAUSE III, F. Gregory. Kings for All Seasons: How the Middle East Monarchies Survived the Arab Spring. **Brookings Doha Center Analysis Paper**, Doha, 2013. 1-30.

GAUSE III, F. Gregory. The Future of U.S.-Saudi Relations. **Foreign Affairs**, Washington D.C., p. 1-17, 2016.

HALLIDAY, Fred A Curious and Close Liaison: Saudi Arabia's Relations with the United States. In: NIBLOCK, TIM (Org.). **State, Society and Economy in Saudi Arabia**. Exeter: [s.n.], 2018. p. 125-147.

HASSAN, Hassan. Qatar Won the Saudi Blockade. **Foreign Policy**, Washington D.C., 2018. Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2018/06/04/qatar-won-the-saudi-blockade/>>. Acesso em: 29 out. 2018.

HUBBARD, Ben. Saudi Crown Prince Likens Iran's Supreme Leader to Hitler. **New York Times**, New York, 15 Mar. 2018. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2018/03/15/world/middleeast/mohammed-bin-salman-iran-hitler.html>>. Acesso em: 22 out. 2018.

HERTOG, Steffen. Challenges to the Saudi distributional state in the age of austerity. **LSE Research Online**, London, 2016. Disponível em: <<http://eprints.lse.ac.uk/68625/>>. Acesso em: 10 nov. 2018

KINNINMONT, Jane. Vision 2030 and Saudi Arabia's Social Contract Austerity and Transformation. **Chatham House**: Royal Institute of International Affairs. London, 2017

KRANE, Jim. Saudi Arabia's Oil Strategy in a Time of Glut: Why The Kingdom Wants to Pump More. **Foreign Affairs**, Washington D.C, 2016.

LEÃES, Ricardo. Os Recursos Não-Convencionais e a Transformação da Oferta Mundial de Petróleo. **Indicadores Econômicos**, Porto Alegre, n. 2, p. 9-22, 2015.

LEÃES, Ricardo. O caráter multifacetado da dinâmica do petróleo. **Panorama Internacional FEE**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, 2016.

LEGRENZI, Matteo. The Gulf Cooperation Council in Light of International Relations Theory. **International Area Review**, Oxford, v. 5, n. 2, p. 21-37, 2002.

MAHDAVY, Hossein. The Pattern and Problems of Economic Development in Rentier States: The case of Iran. **Studies in the Economic History of the Middle East**. COOK, M. A. (Ed.) Oxford, 1970

MILLER, Aaron David; SOKOLSKY, Richard. Donald Trump Has Unleashed the Saudi Arabia We Always Wanted — and Feared. **Foreign Policy**, [S.l.], 2017. Disponível em:

<<https://foreignpolicy.com/2017/11/10/donald-trump-has-unleashed-the-saudi-arabia-we-always-wanted-and-feared/>>. Acesso em: 29 out. 2018.

NEJAD, Ali-Fathollah. The Iranian–Saudi Hegemonic Rivalry. **Belfer Center for Science and International Affairs**, Cambridge, 2017. Disponível em: <<https://www.belfercenter.org/publication/iranian-saudi-hegemonic-rivalry>>. Acesso em: 29 out. 2018.

NIBLOCK, Tim. Social Structure and the Development of the Saudi Arabian Political System. In: NIBLOCK, TIM (Org.). **State, Society and Economy in Saudi Arabia**. Exeter: Croom Helm London, 1982.

OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. **Saudi Arabia**. Cambridge, 2014. Disponível em: <<http://atlas.media.mit.edu/en/profile/country/sau/>>. Acesso em: Setembro 2016.

OLIVEIRA, Lucas. Energia como recurso de poder na política internacional: geopolítica, estratégia e o papel do Centro de Decisão Energética. 2012. Tese (Doutorado em Ciência Política) — Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

REED, Matthew M. Saudi Vision 2030: Winners and Losers. **Carnegie Center for International Peace**, Washington D.C., 2016. Disponível em: <<http://carnegieendowment.org/sada/?fa=64227>>. Acesso em: 14 set. 2018.

ROCHE, Alexandre. Tensões da Primavera do Mundo Árabe-Sunita: Entre o Wahhabismo Conservador e o Espírito Crítico, entre a Política do Petróleo e a Independência Econômica. **Revista Ciências e Letras**, Porto Alegre, n. 51, p. 47-56, 2012.

SAID, Edward W. **Orientalismo: O Oriente como uma invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SAUDI ARABIA. **Saudi Vision 2030**. Riad, 2016.

SAUDI ARABIA. **National Transformation Program 2020**. Riad, 2016.

SIPRI. **SIPRI Military Expenditure Database** | SIPRI. Stockholm International Peace Institute. 2017. Disponível em: <<https://www.sipri.org/databases/milex>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

SPOHR, Alexandre. A Inserção Internacional do Golfo Pérsico: os casos Saudita e Iraniano. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

STARES, Paul; IGHANI, Helia. How Stable Is Saudi Arabia?. **Council on Foreign Relations**, [S.l.], 2017. Disponível em: <<https://www.cfr.org/expert-brief/how-stable-saudi-arabia>>. Acesso em: 29 out. 2018.

TRADING ECONOMICS, Saudi Arabia Crude Oil Production | 1973-2018 | Data | Chart | Calendar. **Trading Economics**. New York, 2018. Disponível em: <<https://tradingeconomics.com/saudi-arabia/crude-oil-production>>. Acesso em: 22 out. 2018.

U.S.-SAUDI RELATIONS. **Council on Foreign Relations**, [S.l.], 2016. Disponível em: <<http://www.cfr.org/saudi-arabia/us-saudi-relations/p36524>>. Acesso em: 20 set. 2018.

VISENTINI, Paulo Fagundes. O Grande Oriente Médio: da descolonização à primavera árabe. 2. ed. Porto Alegre: Elsevier, 2014.

WINTOUR, Patrick. Saudi crown prince warns it will build nuclear bomb if Tehran does the same. **The Guardian**, [S.l.], 2018. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2018/mar/15/saudi-arabia-iran-nuclear-bomb-threat-mohammed-bin-salman>>. Acesso em: 22 out. 2018.